



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**



Tassiana Machado Quagliatto

A genealogia da infância marginal no Brasil: o governo do impossível

UBERLÂNDIA

2017



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**



Tassiana Machado Quagliatto

A genealogia da infância marginal no Brasil: o governo do impossível

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Orientador: Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini

**UBERLÂNDIA
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

Q1g
2017

Quagliatto, Tassiana Machado, 1989
A genealogia da infância marginal no Brasil: o governo do impossível / Tassiana Machado Quagliatto. - 2017.
85 p.

Orientador: João Luiz Leitão Paravidini.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
Inclui bibliografia.

1. Psicologia - Teses. 2. Psicanálise - Teses. 3. Infância - Brasil - Condições sociais - Teses. 4. Genealogia - Teses. I. Paravidini, João Luiz Leitão. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU: 159.9



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**



Tassiana Machado Quagliatto

A genealogia da infância marginal no Brasil: o governo do impossível

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Orientador(a): Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini

Banca Examinadora

Uberlândia, 06 de abril de 2017

Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini (Orientador)

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof. Dr. Fuad Kyrillos Neto (Examinador)

Universidade Federal de São João Del Rei – São João Del Rei, MG

Profa. Dra. Anamaria Silva Neves (Examinador)

Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Profa. Dra. Elzilaine Domingues Mendes (Examinador Suplente)

Universidade Federal de Goiás – Catalão, GO

UBERLÂNDIA

2017

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Helga e André, por serem modelos na vida e na profissão (na Psicanálise e na academia); pelo incentivo, apoio e amor incondicional.

À minha irmã Thaísa, pelas constantes conversas tão acolhedoras e reconfortantes.

Ao amado Rafael, pelo suporte nos momentos difíceis, pelo companheirismo na vida afora e pelo carinho.

Aos meus queridos amigos e familiares que compreenderam minhas ausências em nome da dedicação a este trabalho.

Ao professor João Luiz, pela bela e rica parceria, provendo oportunidades para que eu me constituísse como pesquisadora em Psicanálise.

Aos amigos do grupo de supervisão do mestrado, pela escuta atenta e generosa. Em especial à Michelle e Maíra, companheiras fiéis nos momentos de angústias e de conquistas.

Às professoras Anamaria e Silvia, pelas contribuições no exame de qualificação.

À Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior), pelo incentivo, e ao PGPSI – UFU (Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia), pelo suporte acadêmico.

Os ninguéns

(Eduardo Galeano, 1997)

As pulgas sonham com comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico a sorte chova de repente, que chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chove ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura.

*Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada.
Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos:
Que não são, embora sejam.
Que não falam idiomas, falam dialetos.
Que não praticam religiões, praticam superstições.
Que não fazem arte, fazem artesanato.
Que não são seres humanos, são recursos humanos.
Que não têm cultura, têm folclore.
Que não têm cara, têm braços.
Que não têm nome, têm número.
Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local.*

Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.

RESUMO

A partir do advento da modernidade, as crianças passaram a ser fonte de interesse e preocupação à nível social e político. A criação de legislação para o cuidado da infância surge, portanto, em um contexto de cultuação à norma e à média. Mais especificamente, a legislação aparece para tentar resolver o problema das crianças que se encontravam fora da norma, as crianças que estavam à margem do padrão médio, do modelo médio, a qual se denomina neste trabalho de infância marginal. Por meio do método genealógico busca-se resgatar a história desta infância no Brasil e trazer à tona a trama discursiva acerca das relações de poder e de saber, na modernidade e na contemporaneidade, que engendram ideias e práticas sobre as crianças marginais. A partir deste levantamento pôde-se perceber que as propostas de governamentalidade da infância marginal fracassam continuamente, bem como o uso de práticas violentas e segregatórias retornam o tempo todo no trato com essas crianças. Para se analisar tais achados recorre-se à teoria freudiana, especificamente a conceitos como infantil, fantasia, sexualidade, pulsão e inconsciente, como fonte para articular as questões individuais, sociais e políticas. Assim, desenvolve-se na presente pesquisa uma hipótese das intenções públicas para com a infância marginal, se estendendo às políticas e práticas atuais como as de investimento na primeira infância. Por fim, propõe-se um direcionamento para pensar uma forma possível de cuidado com a infância marginal.

Palavras-chave: genealogia, infância marginal, Psicanálise

ABSTRACT

Since the advent of modernity, children became a source of interest and concern at social and political levels. The creation of specific legislation for the care of childhood appears, therefore, in a context of worshipping the norm and the average. Legislation arises to try to solve the problem of children who were outside the norm, children who were on the margin of the average pattern, the average model, which is called marginal childhood in this work. Through the genealogical method, it is sought to rescue the history of this childhood in Brazil and to bring to the fore the discursive web of the relations of power and knowledge in modernity and contemporaneity that generate ideas and practices about marginal children. From this survey, it can be seen that the proposals of governmentality of marginal childhood fail continuously, as well as the use of violent and segregatory practices return all the time when dealing with these children. In order to analyze these findings, this work resorted to the freudian theory, specifically to concepts such as infantile, fantasy, sexuality, drive and unconscious, as a source for articulating individual, social and political issues. Thus, the present research develops a hypothesis of public intentions towards marginal childhood, extending it to current policies and practices such as investment in early childhood. Finally, a direction to think a possible form of care with marginal childhood is proposed.

Key words: genealogy, marginal childhood, Psychoanalysis

SUMÁRIO

1	Introdução.....	10
1.1	O percurso metodológico.....	13
1.2	A concepção de infância.....	17
1.3	A infância marginal no Brasil.....	19
2	Período Imperial: o surgimento da primeira legislação específica para a infância	24
3	Período Republicano: da Introdução do Discurso Médico ao Desenvolvimento do Primeiro Código de Menores.....	31
4	Governos Militares e Estado Democrático: da Política de Bem Estar Nacional ao Estatuto da Criança e do Adolescente.....	40
5	Da Infância ao Infantil: a Criança na Psicanálise.....	50
5.1	Considerações preliminares.....	50
5.2	Outra história da infância: a contribuição da Psicanálise.....	51
6	A Tentativa de Governo do Impossível: O Mal-Estar da Infância Marginal no Brasil.....	63
6.1	O lugar da criança na modernidade e na contemporaneidade.....	63
6.2	A impossibilidade de governo da infância marginal.....	66
6.3	Violência e segregação.....	70
6.4	Políticas e práticas atuais.....	73
7	Considerações Finais.....	76
	Referências.....	78

1 Introdução

O trabalho com a infância é, para mim, muito caro. Caro, no duplo sentido que esta palavra pode representar. Caro, por ser querido, ter um valor afetivo. E caro também por ser custoso, oneroso, dispendido certa energia psíquica e um espaço significativo em minha vida profissional e pessoal. O tensionamento dessas duas faces da mesma moeda é o que me move no investimento clínico com as crianças, e também o que me leva a este momento do mestrado.

Começo minha trajetória como aspirante a psicanalista de crianças na graduação, atendendo famílias e pequenos em situações de vulnerabilidade psíquica e social na Clínica de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mas minha história com a psicanálise de crianças começa desde muito cedo. Filha de uma psicanalista de crianças escuto sobre esta profissão estranhamente familiar há anos. Decidir me enveredar pelo mesmo caminho de minha mãe também me foi caro, tanto pelo seu extremo valor afetivo de identificação como pelo dispendioso trabalho de me fazer única.

Voltando à experiência no Programa Clínica Psicológica (CLIPS/UFU), esta me despertou a paixão pelo encontro, um apreço pelos momentos com as crianças e o que de mais inusitado surgia desta relação. Mais tarde vim a nomear este processo como a construção de uma clínica, como propõe a Psicanálise.

Ao final da graduação, queria solidificar este lugar clínico, então busquei a residência em saúde mental na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Na residência, além do aprendizado, por meio da experiência, do fazer clínico com pacientes adultos, adolescentes e

crianças com psicopatologias graves no serviço público, o atravessamento de questões institucionais, sociais e políticas me incomodavam.

Na época me perguntava o que a clínica, mais especificamente a clínica psicanalítica, tinha a ver com estes atravessamentos, já que eles interferiam diretamente no trabalho com os pacientes. Qual era o tênue fio que ligava as questões sociais com as problemáticas do sujeito? Como estava iniciando meu percurso na Psicanálise ainda estava tomada por uma visão clínica do indivíduo, do intrapsíquico, da realidade psíquica, posso dizer de uma visão bastante limitada, ingênua e psicológica. Não querendo calar estas inquietações, já que muitas me levavam a lugares desconhecidos, me propus a investigá-las e deixei com que elas crescessem dentro de mim.

Retorno a Freud, lugar já conhecido na época, para me dar conta de que ele faz uso da análise de fenômenos coletivos para entender os individuais, lançando as sementes para uma Psicanálise em extensão, ou melhor, Psicanálise aplicada como ele se referia na época. Freud afirma que a psicologia individual é, ao mesmo, tempo social. Em seus textos sociais, como Psicologia de grupo e análise do eu (1921/1976c), Mal estar na civilização (1929/1976d), entre outros, faz uma articulação da constituição psíquica e a forma de enlaçamentos sociais, das exigências narcísicas e a construção de instituições (Rosa, 2004).

Em lugar desconhecido, tive contato pela primeira vez com a teoria de Lacan e a conceituação de sujeito. Lacan trabalhou para sustentar e ampliar a noção de Psicanálise em extensão, lançada por Freud. Compreendi que não há sujeito sem a articulação com o coletivo. O sujeito do qual se ocupa a Psicanálise é pensado a partir da concepção de inconsciente, em outras correntes da psicologia é a partir da consciência, do eu. Nessas últimas não há uma relação com a história, a qual Lacan reivindica, pois para ele os significantes são marcados pela história e compõem o inconsciente que é estrutural (Ferreira-Lemos, 2011).

Lacan coloca em proximidade o sujeito e o campo sociopolítico, assim como a relação com ciências afins, tal como a linguística e a antropologia, possibilitando tomar a Psicanálise enquanto método de pesquisa em extensão para além de um modo de tratamento. Enquanto método de pesquisa fornece direcionamento à forma de se fazer questões sobre a relação do sujeito e o campo social, e não respostas. A mesma relação transferencial do campo psicanalítico, usado como modo tratamento, também serve de direção para lidar com os eventos sociais e políticos. Nos discursos dos sujeitos deve-se escutar o não-dito de seus sintomas, e cabe adicionar a força de determinação dos não-ditos dos enunciados sociais (Rosa, 2004).

No começo do ano de 2014, quando retorno da residência, recebo um convite para integrar o grupo de pesquisa e extensão em saúde mental e primeira infância que estava se formando na UFU. A proposta do grupo era de um trabalho em parceria entre o Instituto de Psicologia da UFU e a Coordenação de Saúde Mental da secretaria de Saúde de Uberlândia. Almejávamos elaborar uma rede de cuidados em saúde mental para com as crianças de zero a três anos no município de Uberlândia- MG, tendo como alicerce a atenção básica de saúde. Essa era uma proposta até então inexistente na cidade.

Nas discussões de trabalho realizadas entre nós, o grupo de pesquisadores do Instituto de Psicologia e os coordenadores da Saúde Mental de Uberlândia, eram apontados três principais focos de vulnerabilidade para com a primeira infância na cidade. O primeiro eram as gestantes que não realizavam o pré-natal, ou melhor, gestantes que não estavam sendo acompanhadas por nenhum dispositivo de saúde; o segundo eram os nascidos de pais portadores de transtornos mentais; e o terceiro as crianças que após o seu nascimento também não estavam sendo acompanhadas por nenhum dispositivo de saúde.

A vulnerabilidade se tornou um conceito operacional na elaboração do projeto de pesquisa e extensão, já que versa sobre um potencial risco e não um risco determinado,

coincidindo, portanto, com a proposta da Psicanálise de aposta nas intervenções *a tempo* com a primeira infância, na aposta do sujeito. A escolha do contexto da atenção básica, por realizar um trabalho territorial, daria a sustentação para o possível acesso a estas populações vulneráveis.

No momento de construção deste projeto decidi ingressar no mestrado com a intenção de pesquisar sobre os programas em saúde mental para a primeira infância, já existentes no país. A minha pesquisa teria a função de articulador, o como fazer e projetar essa rede de cuidados em Uberlândia a partir da metodologia e também da teoria extraída dos programas em saúde mental existentes.

Porém, o grupo de pesquisa e extensão sofreu um rompimento e encerrou suas atividades. Desta forma, meu projeto de pesquisa no mestrado não fazia mais sentido do modo como estava estruturado, pois compunha uma parte do grupo. Coloquei-me a repensar a problemática do projeto, trazendo impasses da minha história clínica e questões observadas, no que havia pesquisado até então sobre os programas em saúde mental.

Resgato a minha inquietação com a articulação do sujeito e o campo social, e faço uma mudança no foco do trabalho, já que me intrigava, em minhas pesquisas, o porquê do investimento maciço para com a primeira infância nos dias de hoje, subsidiado por diversas áreas do conhecimento. Tomo este investimento como um fenômeno atual e me ponho a investigá-lo, hipotetizando que ele seria paradigmático da forma como a primeira infância é vista e cuidada nos dias de hoje.

1.1 O percurso metodológico

A minha primeira questão de pesquisa foi compreender o porquê do investimento, de ordem pública e privada, à primeira infância nos dias de hoje. Percebi que para investiga-la tinha que dar um passo para trás e compreender um contexto maior: o da criação de diretrizes de cuidado, legislações e políticas para a infância no Brasil. “... para se ter uma visão do futuro, sempre foi necessário ter uma nova visão do passado” (Zeldin, 1998/2008). Resgatar a história da infância no Brasil era uma forma de trilhar um caminho para se compreender o cenário contemporâneo, através da remontagem de períodos importantes para a construção de ideias e práxis sobre as crianças e que refletem nas políticas e práticas atuais.

À medida que fui me enveredando pela história e me encontrando com autores que faziam uma leitura particular acerca dessa história, tal como Irene Rizzini e Mary Del Priori, compreendi que havia uma gama de elementos que formam a trama histórica e que estão para além da ordem cronológica dos fatos. Esses elementos podem se evidenciar ou não de acordo com a leitura que você faz deles, e mais, com o ordenamento que você dá a eles. Nesse momento entendi que precisava de uma referência para me ajudar a fazer tal leitura histórica, já que facilmente era seduzida pela cronologia e linearidade dos fatos.

Busquei em Foucault a sustentação para realizar a leitura histórica de forma crítica. Foucault (1979), em sua obra “Nietzsche, a genealogia e a história”, propõe um método de escrita da história denominado de genealogia. Ele defende uma análise da heterogeneidade e da descontinuidade dos acontecimentos em detrimento da busca das origens e da continuidade histórica. A genealogia é fazer problema onde necessariamente não haveria questões, é poder estranhar práticas e discursos evidenciando o tensionamento que se produz, por exemplo, entre o que é iluminado e ocultado na história social da infância.

Foucault (1979) ressignificou e expandiu o uso da genealogia como referencial teórico e metodológico. Esse referencial passou a ser usado em diversas áreas do conhecimento. O uso da genealogia não trata da investigação das origens dos fatos e fenômenos as serem

pesquisados, como se houvesse um estado puro e essencial nesses fenômenos. Na perspectiva aqui adotada, a construção da história “compreende os fatos e as práticas vividas pelos indivíduos como construções sociais proferidas pelo saber, pelo poder e pelo sujeito, compondo diferentes modos de subjetivação, também por meio das práticas discursivas.” (Moruzzi & Abramowicz, 2010, p.169).

As práticas discursivas que compõem determinada sociedade são situadas de acordo com os interesses emergentes no momento e as relações de poder vigentes. Na mirada genealógica a proposição é mapear os discursos considerados dominantes e compreender porque são considerados assim em detrimento de outros.

Por ora, pode-se compreender, portanto, que fazer genealogia (de forma inseparável a arqueologia) é propor uma metodologia investigativa que observa a descontinuidade, os acasos, os acontecimentos, as experiências, os intempestivos de tal forma que: investiga os ditos e os-não ditos, fazendo emergir saberes soterrados pelas malhas do poder; busca compreender os motivos pelos quais certos discursos emergem e outros desaparecem, compondo toda trama discursiva de tal forma a compreendê-la dentro das relações de força; não procura partir em busca de uma origem ou de uma essência dos valores e das verdades proferidas nas práticas discursivas, mas procura compreender suas condições de emergência, suas transformações, suas apropriações naquilo que é dito ou não. (Moruzzi & Abramowicz, 2010, p.179)

O segundo, terceiro e quarto capítulos foram escritos para tratar da genealogia, ou seja, a formação da trama histórica do cuidado com a infância no Brasil, do Império à República. Escolhi começar pelo período Imperial por três principais motivos: é o período em que se têm mais registros históricos da infância brasileira, a infância passa a ser alvo de preocupações no cenário social e por ser um marco com o surgimento da primeira legislação específica para a infância no país.

O objeto da pesquisa nesse momento era a infância como um todo, mas ao final da escrita destes três capítulos, uma infância muito específica precipita no texto: a infância marginal. Dou-me conta de que a criação de legislações para o cuidado da infância surge em um contexto muito específico de entrada na modernidade e de cultuação à norma e à média. Ou seja, a legislação surge para tentar resolver o problema das crianças que se encontravam fora da norma. Dessa forma eu estava tratando de uma população particular dentro da categoria infância: a das crianças que estavam à margem do padrão médio, do modelo médio. Este é o meu objeto de estudo.

Além disso, a entrada na modernidade foi um período de transição de uma sociedade paternalista para a sociedade nacionalista, em que o poder do pai e da família é sobreposto pelo poder do Estado e da nação. Assim, a preocupação com a infância passa do mando da família para as ordens do Estado, por isso a criação de uma legislação específica era inexistente até então.

A primeira questão de pesquisa me impulsionou a desconfiar da intenção de cuidado oferecido à primeira infância atualmente. Com a escrita dos três primeiros capítulos apreendi como as relações de poder regulam de forma complexa o discurso sobre a infância, transvestido, muitas vezes, de uma aparente boa intenção. Dessa forma, notei que a resposta à questão demandava uma análise anterior, uma análise mais profunda das relações ético-políticas que compõem os três eixos discursivos principais na construção social da ideia e das práticas sobre a infância: o jurídico, o médico e o pedagógico.

Outro elemento que apareceu nas minhas investigações e que se desdobrava para um novo caminho da pesquisa é o contínuo fracasso das tentativas de ordenamento da infância marginal. A insistência durante muitos anos em práticas regulatórias semelhantes e o seu contínuo fracasso me intrigavam, bem como a constatação de uma solução comum após o fracasso: o uso de práticas de violência e segregação.

O trabalho tem, portanto, uma nova demanda que muda o rumo da pesquisa, não sendo mais o único objetivo responder sobre o investimento à primeira infância, mas formular uma hipótese a cerca das intenções de cuidado para com a infância marginal.

No quinto capítulo, para realizar a análise das relações de poder que se estabeleciam e os seus desdobramentos, necessitava de novos subsídios metodológicos que ajudassem na articulação das questões políticas, sociais e individuais. A Psicanálise aplicada se apresenta como um caminho para a pesquisa, pois, segundo Dunker (2013), ela se sustenta nos elementos da recordação, implicação e transferência.

...recordação, um discurso que se possa guiar pela história e pelas filiações e contingências que ela implica; implicação, um discurso que possa se interrogar eticamente sobre as formações de estranhamento que encontra; transferência, um discurso que se articule em relação a uma suposição de saber e que tenha, dessa forma, uma intenção de diálogo... (Dunker, 2013, p. 71).

Trago para a cena, na proposição metodológica, através de Freud e interlocutores, as noções de infantil, sexualidade, inconsciente e pulsão, para sustentar a análise dos achados históricos que circulam de um lado sobre os ideais acerca da infância e do outro na impossibilidade de governo da infância marginal. Com esta análise desenvolvo, no sexto capítulo, uma hipótese das intenções públicas para com a infância marginal se estendendo à primeira questão da pesquisa a cerca do investimento à primeira infância atualmente.

No sétimo e último capítulo, proponho um direcionamento para se pensar uma forma possível de cuidado com a infância marginal, uma proposição ética.

1.2 A concepção de infância

O conceito de infância é, nos dias atuais, utilizado e apreciado por diversas áreas do conhecimento, tais como a medicina, a psicologia e a educação. Houve um tempo em que não se tinha uma concepção de infância, como nos apresenta Philippe Ariès em sua obra “História social da criança e da família” (1981). O início da afeição pelas crianças é datada no século XVI, em que a criança passa a ser vista como alguém que possui uma série de características intelectuais, comportamentais e emocionais inerentes.

Apesar das críticas ao trabalho de Ariès, que sofreu apontamentos por analisar somente obras de arte que retratavam o clero e a nobreza (Sarmento, 2007), de algum modo foi introduzido um direcionamento acerca da relação entre a infância e a sociedade. Com isso inaugurou-se também um processo que Sarmento (2007) chama de iluminação e ocultação da infância. Iluminaram-se as concepções históricas sobre as crianças e o modo como elas foram inscritas em imagens sociais, mas ocultaram-se as realidades dos mundos sociais e culturais das mesmas, a complexidade e singularidade da sua existência social. Desta forma instalou-se um problema: o de não se fazer questão quanto ao conceito de infância na sua construção científica, estabelecendo que o que é veiculado pelas imagens sociais diz respeito à definição total do que é a infância.

O conceito de infância é socialmente variável no espaço e no tempo, tendo concepções heterogêneas mesmo que haja sempre uma que, em determinado contexto, se torne dominante (Sarmento, 2007). Como exemplo, o trabalho de James, Jenks e Prout (1998) retrata as diferentes representações sociais da criança em dois momentos históricos, os quais eles chamam de: a criança pré-sociológica e a criança sociológica. O balizador do estudo foi o nascimento da disciplina da sociologia, que mudou o olhar sobre a infância podendo fazer questão sobre suas concepções contextualizadas em um cenário social, político e cultural. Dentre as representações da criança pré-sociológica estão: a criança má, a criança inocente, a criança imanente, a criança naturalmente desenvolvida e a criança inconsciente. Todas elas

são acionadas de acordo com a ordem dominante e podem ser mudadas e/ou coexistirem a todo o momento.

1.3 A infância marginal no Brasil

A passagem da Idade Média para o período pré-moderno marcou uma profunda alteração nas concepções de infância, principalmente por fatores como o advento do capitalismo e do racionalismo, a criação da escola pública e a crise do pensamento teocêntrico (Sarmiento, 2007).

Carvalho (2015), citando o trabalho de Taleb (2009), apresenta o conceito de mediocridade dourada para caracterizar esse período, um termo pós-iluminista permeado pela noção de média que surgiu junto com o nascimento da classe média europeia. Este termo denota uma busca idealizada por relações sociais equilibradas e harmônicas, já que a classe média era ansiosa por segurança e avessa a riscos. Portanto, a ordem era a utilização da média para a hierarquização de grupos de indivíduos mais capazes e menos capazes.

Neste sentido, segundo Foucault (1996), o século XVII foi a era da governamentalidade.

Tudo o que diz respeito à existência humana, de maneira individual ou coletiva, tornou-se passivo de objeto de comando, de ordenação, de alinhavo, de controle, de saberes, de gestão, de medida e de cálculo, de organização e de aperfeiçoamento das funções preestabelecidas pelos dispositivos de governo (Carvalho, 2015, p.26).

Passa-se a testemunhar a prevalência da nosopolítica (Foucault, 1994), a arte de governar o homem pela sua classificação, enquanto *modus operandi* da emergência de governos múltiplos em intenções variadas. Com a incessante busca pela média, emerge na

história uma quantidade abundante e sempre aperfeiçoada de formas de governo: “como governar crianças, como governar os pobres e os pedintes, como governar a família, a casa, como governar exércitos, como governar diferentes grupos, cidades, estados, como governar o próprio corpo, como governar a própria mente.” (Foucault, 1996, p.384).

A infância, neste contexto, foi o foco de todas as estratégias de governo, juntamente com a família. Ela portava a mudança entre o velho e o novo mundo, uma promessa de renovação política dos códigos convenientes à construção de uma sociedade normal (Carvalho, 2015). No Brasil, especificamente, as estratégias de normalização social pelos mecanismos de controle visavam também apagar marcas de uma história de intensa segregação social e racial, alcançando a tão idealizada modernidade aos moldes internacionais.

Neste sistema de adestramento e controle, principalmente da infância, uma situação social no Brasil escapava ao circuito: a das crianças abandonadas. Fruto de circunstâncias de exclusão e imoralidade (Ceccim & Palombini, 2009), acreditava-se que essas crianças não recebiam o adestramento que era considerado necessário na época, sendo assim uma boa justificativa para explicar os casos de aumento da criminalidade. Sem distinção, as crianças abandonadas foram associadas à delinquência, em uma tentativa de retomar o circuito advindo do ideal de controle.

As ações de cuidado para com a infância abandonada surgiram da ideia de que as crianças precisavam ser contidas principalmente porque eram alvo de perigos, mas também podiam ser perigosas. Como apenas algumas delas eram cuidadas de forma muito precária pela Igreja, através da Roda dos Expostos, a prática jurídica entrou em cena. As leis penais específicas para a infância eram a aposta para a reversão desse cenário. A proposta das leis era de educação, ainda na visada do adestramento, mas a sua efetividade se deu por outra via: a da punição e da reclusão (Rizzini & Pilotti, 2009).

Contudo, este panorama não se transformou efetivamente com as práticas advindas do campo jurídico. A problemática da infância abandonada e delinquente se arrastou até a entrada do século XX.

Se com as intervenções do campo jurídico não se tinha ainda clareza de onde vinha a desordem da infância, com a introdução da medicina a questão ganha resposta: a desordem vinha do corpo e da família, mais especificamente das famílias pobres, já que elas carregavam os “fantasmas da anormalidade” (Marafon, 2014, p.523). Por isso a necessidade de este corpo ser vigiado, domesticado, e educado, e as famílias governadas através de ações morais. A medicina reafirmou as práticas regulatórias, acrescentando a importância da limpeza, da assepsia e da beleza, por isso, as orientações em torno da higiene eram tão relevantes.

“O duro ofício de punir vê-se assim alterado para o belo ofício de curar” (Foucault, 2001 como citado em Marafon 2014, p. 518). A psiquiatria, um dos braços da medicina usados no cuidado com as crianças abandonadas e delinquentes, passa a procurar a causa, a origem dos delitos. Portanto, não importava apenas a infração da lei, mas descobrir o “algo a mais”, a motivação deste. Uma conduta era infringida e a punição não girava mais em torno apenas do crime em si, mas recaía sobre técnicas de transformação do indivíduo. É importante notar que isto não fez sumir o recurso à lei, ao direito, pelo contrário, ele foi cada vez mais invadido pela ideia de norma (Marafon, 2014).

A medicina introduziu também a ideia de prevenção. A prevenção consiste na possibilidade de intervir a tempo para evitar o indesejável. Segundo Rohenkohl (1997), “a ação de pre-venir é a de ‘chegar antes’, é querer mirar o futuro, mas se apoiando no passado. Leva em consideração as noções de previsão e probabilidade e está inseparável de uma dimensão política (§7).”.

Esta forma de intervenção era o grande trunfo dos governantes na República Velha, já que acreditando que pudessem identificar a priori as crianças que tinham tendências à

delinquência, os médicos poderiam tratá-las. A identificação se baseava principalmente no “nível civilizatório” de sua família e nas condições sociais. Essa prática se configurou, portanto, como mais uma forma de normalização contida em um ideal de homem civilizado e produtivo.

A normalização disciplinar, de acordo com Foucault ([1977-1978]/2008, p.75), “consiste em primeiro colocar um modelo, um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado, e a operação de normalização disciplinar consiste em procurar tornar as pessoas, os gestos, os atos, conformes a esse modelo”. A norma continuava tendo caráter fundamental e primeiro, dela se distinguiram os normais e anormais (Marafon, 2014).

Marafon (2014) afirma que havia, portanto, uma relação necessária entre norma e lei. Diferente do que pensava Foucault, quando sugeria que a normalização poderia se dar na contramão do sistema de lei, no Brasil a normalização se deu em ligação com o sistema da lei, produzindo uma articulação entre as práticas policiais e os saberes *psi*. Tal ideia pode ser ilustrada pela promulgação do primeiro Código de Menores, em 1927. A norma foi incorporada pelo circuito jurídico, já que no bojo dos modos de governo não bastava punir, mas também tratar, corrigir e reinserir.

O conhecimento produzido pelo saber científico veiculava as normas pelas quais eram desqualificáveis qualquer outro saber, silenciando outros discursos, sendo aquele o único saber competente sobre o homem que é capaz de decidir sobre o certo e o errado, o verdadeiro e o falso, o normal e o patológico. A Pedagogia, situada no campo das Ciências Humanas, surgiu como mais um aporte científico no mecanismo de governo da infância, capaz de estabelecer a adequação dessa população às estratégias do funcionamento da dinâmica social de maneira submissa e prática (Rezende, 2015).

A infância é o ponto de chegada e de partida da Pedagogia moderna (Narodowaski, 2001), sendo razão de boa parte de seus cuidados e a sua condição de produção de saber. A

sua política de conhecimento era voltada para o estudo e a acumulação de saberes sobre a criança e seu corpo, suas capacidades e seu desenvolvimento, tendo como resultado a produção da subjetividade infantil moderna. Assim, a implementação do dispositivo da escolarização guiou as práticas sociais para construir uma criança específica (Rezende, 2015).

Nota-se que as três dimensões jurídico, médico e pedagógica, guiaram a produção de saber e a construção de aparatos públicos a favor da normalização social da infância e seus modos de governo na modernidade. Tais instâncias reguladoras foram aperfeiçoando seus mecanismos em função das crianças que não se enquadravam nos parâmetros médios. Essas crianças se situavam a margem dos parâmetros ou eram, em certo momento, excluídas do circuito de cuidados propostos pelo governo. A este conjunto de crianças denominamos “infância marginal”, objeto de estudo do presente trabalho.

O conceito de marginal representa a ideia daquele ou daquilo que fica em um limite de quase excesso, de quase transbordamento (Ferreira, 1988), não está dentro e nem fora, não tem lugar fixo, sendo, portanto, de difícil definição. Assim como se vê na história dessas crianças que deslizam entre vários nomes como abandonadas, delinquentes, idiotas, menores, crianças de rua, marginais, entre outros, não se consegue garantir um contorno satisfatório para suas existências, mesmo na tônica do controle e da normalização. Essas crianças desafiam o poder público até os dias atuais e são constantemente tentadas a se ordenar, com pouco sucesso, por aparatos jurídicos, médicos e escolares.

2 Período Imperial: o Surgimento da Primeira Legislação Específica para a Infância

O grande impacto social da mudança de paradigma da infância aconteceu na metade do século XIX pela influência, fundamentalmente, das ideias evolucionistas de Charles Darwin. Darwin inscreveu o ser humano na história e no tempo. Considerou a espécie humana como uma continuidade das outras espécies animais, rompendo com as ideias religiosas sobre sua origem. Por estar o homem, então, submetido às mesmas leis de seleção natural que outros animais, a adaptação da infância, etapa que mais se aproxima da condição animal, é fundamental para a continuidade da sua espécie e evolução. Deste modo, a infância ganhou destaque no cenário científico e político (Cirino, 2001).

No Brasil, em um período semelhante, as ideias darwinianas tiveram forte alcance nas concepções de infância da época, já que no Brasil Colônia, período anterior, a criança era ignorada por ser um “adulto incompetente”, não possuía propriedades e nem algum saber tradicional, valores aclamados da época. Para a ética religiosa a criança era considerada um “anjo”: inocente e ingênua (Cirino, 2001).

Até o século XVIII, as leis do patriarca ou as leis religiosas mantinham as tradições e a continuidade sagrada da moral. Esta mentalidade justificava a obediência ao pai e o uso de qualquer medida para a manutenção deste estado de controle das mulheres, das crianças e dos escravos. As crianças eram os maiores representantes da obediência, pois se acreditava que eram inocentes e puras não precisando, assim, de maiores cuidados e atenção (Ceccim & Palombini, 2009).

No período do Brasil Império (1822-1889) começou a se produzir mais registros específicos sobre a infância do país. A agricultura, neste momento, ainda era a principal atividade econômica e as divisões sociais se baseavam nas posições ocupadas nas fazendas. A

fonte de mão-de-obra era escrava, mais especificamente a advinda do tráfico negreiro. As crianças, neste período, se dividiam, em sua maioria, entre filhos legítimos e ilegítimos dos senhores, filhos dos escravos e crianças africanas desembarcadas no Brasil.

O tráfico negreiro privilegiava os africanos adultos do sexo masculino, mas algumas crianças acompanhadas de seus pais embarcavam nas cruzadas oceânicas rumo ao Brasil. Poucas sobreviviam à viagem, por isso tem-se o registro de que menos de 4% dos africanos desembarcados eram crianças de até dez anos de idade. As crianças sobreviventes, por vezes, chegavam sem um dos pais ou até mesmo sozinhas, decorrente também das mortes dos adultos nos navios (Góes & Florentino, 2015).

Já as crianças filhas de escravos, nascidas em solo brasileiro e na casa dos senhores, eram chamadas de crioulas. Assim como as crianças africanas, elas eram adestradas para vencerem a mortalidade e tornarem-se valiosas mãos de obra em ofícios específicos. Submetidas à “pedagogia senhoril”, sofriam pequenas humilhações diariamente. Segundo Góes e Florentino (2015), aos quatro anos estas crianças valiam apenas a aposta da sua sobrevivência, dos quatro aos onze aprendiam um ofício, aos onze valiam duas vezes mais e aos quatorze desempenhavam funções especializadas como os adultos, valendo também como estes. Os seus sobrenomes estavam marcados com o seu fazer: Ana Mucama, Chico da Roça, dentre outros. Transformaram-se em “pequenas e precoces máquinas de trabalho” (Del Priori, 2015).

A fragilidade física foi a primeira característica notadamente inerente a infância. Afora isto, a infância e a idade adulta ainda eram vistas como dois períodos de vida intrinsecamente ligados. A infância determinaria o tipo de adulto que adviria, por isso as práticas de cuidado ocorriam na direção da sobrevivência e do adestramento destas crianças, sejam elas escravas ou filhas dos senhores.

As crianças crioulas, aos olhos dos senhores, eram tidas como mais inteligentes e valorosas que as crianças africanas por já nasceram e serem criadas no meio escravo. Mas para os escravos, qualquer criança, principalmente as que tinham seus pais mortos, era acolhida na comunidade. Os escravos usaram o catolicismo, o “Deus dos brancos” à que eram submetidos, ao seu favor para fazerem parentes e criarem laços comunitários. Com a cerimônia de batismo, as crianças eram introduzidas no grupo não só reafirmando os laços com seus pais quando vivos, mas também com padrinhos (laços compadrios) que se comprometiam a cuidar das crianças mesmo que fossem de planteis diferentes. Desta forma, a comunidade africana pôde se refazer e manter algumas de suas tradições e simbolismos vivos, mesmo que dentro das senzalas e adaptados aos costumes brasileiros (Góes & Florentino, 2015).

Já no interior das casas grandes, as crianças, filhos oficiais dos senhores, eram tratadas por seus pais como pequenos bibelôs ou “animais de estimação”, tendo todas as regalias quando bem pequenas, mas pouca atenção dos adultos brancos. Elas eram cuidadas pelas escravas amas de leite e a sobrevivência destas crianças também estava em pauta neste momento. Estes pequenos também iriam ser, de acordo com a concepção de infância da época, moldados ou adestrados para assumirem a responsabilidade da administração das fazendas e dos negócios. Diferente dos escravos, eles recebiam a educação que, na época, era conduzida pela Igreja.

Se no período colonial a mortalidade infantil era justificada por questões religiosas, esta atmosfera divina foi sendo condenada pelos médicos estrangeiros que passavam pelo Brasil. Agora pairava uma desconfiança de que as crianças brancas que morriam ou contraíam alguma doença eram advindas do leite das amas. Este é o prelúdio da medicina infantil (Del Priore, 2015).

Os filhos ilegítimos, geralmente, eram fruto do envolvimento dos senhores com as escravas. Muitas destas crianças eram abandonadas, os ditos expostos, e algumas delas eram assistidas pela Igreja. A Roda dos Expostos, introduzida no Brasil durante o período colonial, foi um dos principais instrumentos de acolhimento às crianças abandonadas. Custeada pela Corte em parceria com a Igreja, a Roda foi a referência de assistência a estas crianças também no Império. Passou por um período de desacordo financeiro e de responsabilidades com a Corte o que consequentemente aumentou o número de crianças sem assistência, mas se manteve como referência até o século XX (Arantes, 2010).

Decorrente do grande abandono de crianças, por motivos variados, e do fato de nem todas elas conseguirem ser assistidas pela Igreja, passou a ser frequente a cena de crianças sozinhas. Estas crianças começaram a ser consideradas perigosas por serem associadas ao aumento da criminalidade. A Corte começou a se preocupar com esta infância exposta e ameaçadora. Intervenções, principalmente do campo jurídico, começaram a ser tomadas em consideração (Rizzini & Pilotti, 2009).

A convocação do ordenamento jurídico como forma de resolver a problemática infantil pôs em evidência características que anunciavam o advento da modernidade: a racionalidade e universalidade. Foi dado ao homem autoridade científica para elevar sua capacidade racional a fim de, por exemplo, criar leis organizadoras da sociedade, em detrimento dos mandos da Igreja. A tentativa era de colocar na ordem vigente o que escapava e desviava, tratando com universalidade todos os princípios que regem a humanidade. Este discurso teve papel importante no rompimento com a religião e na retomada do homem sobre o curso de sua vida, mas este o fez de forma ideal, racional e pragmática. A idealização é um importante orientador na vida humana, mas era tomado, neste momento, como alvo determinante, o ideal de homem contido na infância.

Segundo Rizzini e Pilotti (2009), o primeiro registro de legislação penal produzido em terras brasileiras é da data de 1830 e intitulado de “Código Criminal do Império”, importando um modelo europeu de gestão liberal. Até então, em termos punitivos, vigoravam as “Ordenações do Reino de Portugal”, consideradas medidas bárbaras. O liberalismo, neste momento, foi tomado como ideal para que a nação brasileira se tornasse independente e evoluída. O liberalismo penal se empenhou em normatizar e mudar as penas, bem como as detenções e situações prisionais. Mas o seu alcance encontrava limitações por estar a serviço de uma infraestrutura escravocrata, longe de se equiparar aos reais preceitos liberais.

Com o intento de promover uma mudança nas leis penais, o uso de estatísticas começou a circular no ambiente prisional. Descobriu-se um grande número de adolescentes e crianças maiores de sete anos de idade nas unidades. Assim, um dos artigos do código foi redigido para que fossem recolhidos menores a partir de quatorze anos e abaixo desta idade somente se o juiz interpretasse a prática de delito (Bandera, 2014).

Neste novo código criminal havia também a descrição da primeira diferenciação punitiva entre adultos e crianças, o que era inexistente até então. Havia um trecho considerando o recolhimento dos menores de quatorze anos em “Casa de Correção” ao invés de cumprirem penas semelhantes a dos adultos.

A concepção de recolhimento ao invés da punição destaca-se como deslocada da época, já que os ideais de educação ainda não vigoravam fortemente. No entanto, pode-se constatar que ficaram somente como ideais, já que esta lei só se efetiva quase vinte anos mais tarde, com a real criação das “Casas de Correção”. As ações neste momento demonstravam uma concepção ambígua de infância, sobretudo a abandonada: ou seguiam a ideologia cristã de amparo e cuidados, ou estavam voltadas à punição e à exclusão. A mesma infância que precisava ser cuidada e contida era alvo de perigos e também perigosa (Rizzini & Pilotti, 2009).

Nota-se que havia uma distância entre a proposição e a efetivação das leis para a infância. Nos escritos via-se alguma tentativa de resguardar a infância, como por exemplo, com medidas baseadas na educação, mas as práticas carregavam as marcas explícitas de poder da época, sendo instrumentos de contenção e exclusão social mais do que efetivos organizadores. O combate à violência era produzido com mais violência e ao abandono com mais abandono. Na verdade, este hiato é evidente em toda a história de proposição de leis e políticas públicas para a infância.

De 1850 em diante viu-se o aparecimento de leis para regulamentar também a vida dos escravos e seus filhos. Após o assassinato cometido por uma escrava de treze anos contra a mulher de seu capataz, os escravos começaram a ser reconhecidos juridicamente como submetidos aos mesmos princípios da humanidade que os senhores e brancos, para também receberem as punições da lei (Rizzini & Pilotti, 2009).

O governo ensaiou tomar para si a responsabilidade do cuidado com as crianças e os jovens filhos de escravos. Segundo Rizzini e Pilotti (2009), isso se mostrou na lei do “Ventre Livre”, em 1871, em que foram considerados livres os filhos de escravos a partir daquela data e que era de responsabilidade do governo recolher os abandonados. Esta lei não se efetivou da maneira como foi idealizada, pois os senhores passaram a criar os filhos dos escravos até os oito anos para não perderem o direito de usufruir da sua mão de obra, ou então, os entregaram ao Estado pedindo uma indenização. Este movimento de responsabilização do Estado pelas crianças e jovens escravos, dentre outros, marcaram os passos para a abolição da escravatura alguns anos depois, o qual enfrentou toda a resistência dos agricultores.

O período de 1870 em diante foi marcado pela efervescência de mudanças ideológicas, políticas e sociais. Se opondo as consignas básicas do liberalismo, intelectuais trouxeram para o Brasil ideias ligadas ao cientificismo europeu, decorrente de várias áreas do saber. Tais ideias se apoiavam na premissa de que os indivíduos deveriam ser distinguidos pelo seu grau

civilizatório. No campo jurídico, por exemplo, ações de repressão preventiva a classes menos civilizadas eram práticas recomendadas (Bandera, 2014).

3 Período Republicano: da Introdução do Discurso Médico ao Desenvolvimento do Primeiro Código de Menores

As mudanças políticas, sociais e ideológicas no final do século XIX conduziram o Brasil para uma nova era: a do crescimento urbano e o início da industrialização. Com o crescimento urbano e a influência do cientificismo, outra fonte de saber sobre as crianças e jovens, além da jurídica e da religiosa, ganhou força o saber da medicina. O conglomerado das cidades produziu epidemias e a medicina se empenhou na guerra contra as doenças infectocontagiosas. O conhecimento sobre higiene e prevenção se desenvolveu, incidindo diretamente sobre todas as famílias. A infância, no âmbito da prevenção, foi tomada como importante polo no ideal almejado de nação civilizada e saudável. Ideal importado das grandes cidades europeias e norte-americanas.

Houve uma re colocação dos papéis familiares empuxada pelo rearranjo político: o pai patrão passou a ser o pai provedor e toda a família era filha da nação. Os pais passaram a ser tutores de cidadãos do futuro para que todos servissem ao capitalismo. A mãe, especificamente, passou a ser o centro da célula familiar e a matriz dos afetos dos filhos (Ceccim & Palombini, 2009). A medicina orientava as práticas de cuidado com as crianças através de higiene e prevenção.

O número de leis para a infância e juventude também aumentou significativamente, acompanhando as mudanças de valores morais introduzidos pela medicina e os efeitos destas nas famílias. As crianças eram tomadas como a salvação da sociedade e também como a pior parte dela, já que o número de crianças e famílias nas ruas cresceu consideravelmente após a abolição da escravatura. A cultura do bem-estar se espalhava e as crianças, jovens e adultos nas ruas eram malvistas no clima de repressão a ociosidade e ao vício. Com a instalação do

capitalismo, a ordem era educar ou corrigir os jovens para serem indivíduos úteis e produtivos (Rizzini, 2006).

“Salvar a criança é salvar o país”, este era o lema no início do período republicano. Mas, de acordo com Rizzini (2006), este projeto de salvação que aparentemente parecia um projeto humanitário frente à parcela empobrecida das crianças, não passou de um projeto essencialmente político. O ideal de nação culta, moderna e civilizada se confundia com o ideal de infância. O projeto foi comandado pela elite que se via ameaçada pela infância pobre e exposta nas ruas das cidades. A ideia que circulava era a de que as crianças criadas no vício, e a rua considerada um ambiente vicioso, seriam reprodutoras de desordem, impedindo o desenvolvimento do país aos moldes internacionais.

Este projeto se sustentava por duas ideias muito fecundas e difundidas no país: a do dogma cristão do “pecado original”, em que todas as crianças possuíam dentro de si uma parcela de agressividade, sexualidade e tendência à desordem, e a ideia, sustentada cientificamente, da criança que pode ser moldada por interesses para ser a chave do futuro. Neste contexto, a família que antes tinha apenas a responsabilidade sagrada de zelar pelos seus filhos, havia de vigiar as crianças como um dever patriótico (Rizzini, 2006).

Um complexo sistema jurídico e assistencial, sob o comando do Estado, se desenvolveu. As intervenções consistiam, basicamente, em salvar as crianças que tinham potencial para trabalhar e imobilizar as que se mostravam resistentes e teimosas. Especificamente, três frentes de trabalho comandavam as intervenções, como apresenta Rizzini (2006). Uma advinha da medicina, seja ela do corpo ou da alma, para diagnosticar na infância possibilidade de recuperação e formas de tratamento. A justiça tinha o papel de regulamentar a proteção das crianças, foi o início da criação do “Sistema de Proteção aos Menores”. E à filantropia cabia prestar assistência aos pobres e desvalidos em associação às ações públicas.

Desta forma, em 1890, com a criação do novo Código Penal brasileiro, a relação da criança com a justiça mudou de figura. Foi neste período que cunhou-se o termo “menor”, designado às crianças e adolescentes considerados delinquentes. A idade penal no novo Código era de nove anos, e, como é notório, havia uma intensa preocupação com o que era chamado de criminalidade infantil, designado às crianças de rua e pobres. Um detalhe importante, de acordo com Rizzini e Pilotti (2009), é que o novo Código Penal foi feito às pressas para acompanhar as mudanças políticas no país e não contemplou os fortes debates sobre educação que circulavam na época. O seu caráter punitivo denuncia esta posição.

Além da sua marca nos registros judiciais, a infância pobre do início da República arrastava a marca do trabalho infantil e escravo. Del Priore (2015) relata que após a abolição da escravatura, em 1888, crianças e jovens moradores das antigas senzalas das fazendas de cana no estado de Pernambuco continuaram a trabalhar por anos a fio. O trabalho na lavoura, até o século XX, continuou sendo realizado por muitas crianças herdeiras deste sistema. No processo de industrialização não foi diferente, a não ser pelo fato de que contava também com crianças imigrantes no trabalho fabril. Essas eram as substitutas mais baratas do trabalho escravo.

Uma distinção clara vai se apresentando, em termos de políticas públicas, para as crianças ricas e pobres. As crianças ricas, consideradas a salvação da sociedade, recebiam os cuidados da família até certa idade e depois iam para os colégios. “Abondonariam seus afetos infantis para aprender (no colégio) o que é bom, belo e honesto” (Ceccim & Palombini, 2009, p. 169). Para as crianças pobres as políticas eram de uma educação elementar e profissionalizante, divididas entre a assistência filantrópica, o controle do Estado e a falta de regulamentação do trabalho infantil (Cirino, 2001).

As crianças da elite eram educadas nas escolas, devido ao desenvolvimento da educação obrigatória, que passa do mando da Igreja para a mão de especialistas na área. Neste

contexto, começaram a aparecer também, a identificação de crianças com incapacidade intelectual. Diante da nova realidade, e preocupados com a ordem moral e social, médicos e pesquisadores começaram a investigar o que acontecia com tais crianças. Esse foi, então, um dos campos de inserção do que mais tarde seria chamado de psiquiatria infanto-juvenil (Reis, Delfini, Dombi-barbosa, & Neto, 2010).

Duas linhas distintas de pesquisa ganharam força no início do século XX, uma era a de reprodução da psicopatologia adulta, já que até aquele momento os conhecimentos psiquiátricos a cerca dos adultos já haviam avançado e foram transportados para as crianças. Entretanto, paralelo a esta linha de pesquisa, outro grupo teve como base considerações psicopatológicas específicas para a infância, mesmo que centrado no problema do desempenho intelectual (Reis *et al.*, 2010).

Também no início do século XX, as questões de saúde mental começaram a ser incorporadas à saúde pública, com a criação do Movimento da Higiene Mental. No Brasil, para o âmbito da infância e juventude, tal movimento se propunha a “prevenir a insanidade e a delinquência infanto-juvenil”. A saúde mental era, neste momento, traduzida em orientações às famílias a fim de ajustarem as crianças e jovens ao meio físico e social (Reis *et al.*, 2010).

Com o avançar do século, pesquisas e iniciativas em relação à infância e adolescência, principalmente dos ditos “educadores de idiotas”, vão marcando a ampliação do campo da saúde mental infanto-juvenil. A psiquiatria vai abandonando um ponto de vista totalmente constitucionalista para se voltar também a uma compreensão dinâmica e à consideração do papel do ambiente no cerne dos processos de adoecimento mental infantil.

Na Europa, a insistência dos educadores e a experiência de Itard com o “selvagem de Aveyron”, contrapõem-se ao prognóstico irreversível, global e definitivo do retardamento, tal qual postulavam Pinel e Esquirol. Para Séguin e Delasiauve, o déficit parecia parcial com possibilidade de reversão se tratado com métodos especiais. Este movimento denominado de

“nova pedagogia” inaugurou a criação de instituições especializadas para crianças anormais (Bercherie, 1983).

A clínica psiquiátrica específica da infância só se estabeleceu a partir de 1930, com a influência expressiva das ideias psicanalíticas. Com o modelo da histeria, proposto por Freud, e da psicossomática, a chamada pedopsiquiatria pôde alavancar elementos para pensar e intervir sobre os casos pediátricos que estavam dispersos na sua clínica (Bercherie, 1983).

Afora isso, as publicações, também por Freud (1905/1980a e 1909/1976a), dos Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e o caso Pequeno Hans, respectivamente, evidenciaram a função da sexualidade infantil nos transtornos mentais dos adultos. Estas publicações inauguraram uma mudança paradigmática expressiva na concepção de infância com a evidenciação do infantil no adulto e não do adulto em potencial na criança (Reis *et al.*, 2010).

No Brasil, além da influência da trajetória europeia e norte-americana na construção de uma clínica psiquiátrica da infância, aspectos específicos do contexto do país também tiveram forte apelo para o florescimento deste campo. Tais aspectos são: a introdução da psicometria, o advento da psiquiatria dinâmica, a instalação dos tribunais de menores e o movimento da higiene mental (Cirino, 2001).

No cenário jurídico e político, o século XX continuava marcado por iniciativas de projetos para infância “abandonada e delinquente” e pelo desenrolar do Código de Menores. Estes projetos, apesar de terem um ideal protetivo, também seguiam as tendências da época de “recolhimento e internação” destes jovens. A psicologia e a psiquiatria infanto-juvenil se inseriram neste bojo, servindo como instrumento de avaliação física e mental dos menores recolhidos e suas famílias.

Intelectuais engajados com a questão dos menores, e influenciados pelas ideias científicas de ditos “países civilizados”, publicaram artigos e montaram projetos de lei com recomendações de medidas para resolver o problema dos menores abandonados e da

criminalidade. Dentre as recomendações estavam a criação de tribunais específicos para os menores e a intervenção estatal no pátrio poder para salvar as crianças de lares viciosos (Bandera, 2014).

Segundo Westin (2015), o Código de Menores apareceu como o prenúncio do que viria, a partir dos anos 30, com a transformação do governo no grande administrador da sociedade, quase de forma totalitária, mas contraditoriamente ao aparecimento de políticas sociais, como as leis de amparo ao trabalhador, no primeiro governo de Getúlio Vargas.

O projeto do Código de Menores já havia sido encampado desde 1896 pelo senador Lopes Trovão. Ele era uma dos pioneiros da causa infantil no Senado e tentava motivar o poder público a acabar com os problemas das crianças abandonadas e delinquentes, retirando o pátrio poder das famílias, como faziam os Estados Unidos, França e Inglaterra. Segundo o discurso proferido por Trovão,

O Estado se impõe lançar olhos protetores, empregar cuidados corretivos para a salvação dos pobres menores que vagueiam a granel, provando nas palavras que proferem e nos atos que praticam não ter família. Se a têm, esta não lhes edifica o coração com os princípios e os exemplos da moral (Westin, 2015).

Mas o projeto foi engavetado em 1902 e retomado por Alcindo Guanabara em 1917, outro expoente na defesa das “crianças desvalidas”. Guanabara também foi enfático quanto à necessidade da aprovação do Código de Menores, mas novamente o projeto foi arquivado.

São milhares de indivíduos que não recebem senão o mal e que não podem produzir senão o mal. Basta de hesitações! Precisamos salvar a infância abandonada e preservar ou regenerar a adolescência, que é delinquente por culpa da sociedade, para transformar essas vítimas do vício e do crime em elementos úteis à sociedade, em cidadãos prestantes, capazes de servi-la com o seu trabalho e de defendê-la com a sua vida (Westin, 2015).

Ainda segundo Westin (2015), vários foram os motivos para a demora de trinta anos para a aprovação do código, um deles foi a primeira Guerra Mundial (1914–1918), que reduziu a mera futilidade qualquer discussão em torno da infância. Outro entrave foi o patriarcalismo, já que os próprios senadores não queriam perder o poder diante de suas famílias, bem como a ausência de políticas sociais que, segundo os governantes, podiam gerar um aumento significativo dos impostos.

Porém, um movimento se inicia em 1912 quando o Estado assume a responsabilidade de exercer uma tutela oficial das crianças abandonadas, através dos “Patronatos Agrícolas”. Houve um interesse político, neste momento, em tutelar estas crianças já que não havia ainda uma regulação do trabalho infantil. Em 1922, uma reforma do Código Penal elevou a maioria de nove para quatorze anos e os obstáculos para a aprovação do código começaram a cair. As pressões por leis específicas para organizar a assistência e proteção à criança continuaram ganhando força, até culminarem em 1927 na publicação do primeiro Código de Menores. Este Código tinha como característica prever os problemas dos menores e exercer um firme controle sobre eles, retirando-os da rua e das situações de criminalidade. Determinava ao governo, a sociedade e à família que cuidassem bem dos menores de dezoito anos (Rizzini & Pilotti, 2009).

Com o Código de Menores de 1927 chegou-se a maioria penal de dezoito anos e a prisão de crianças e adolescentes ficou proibida. Em seu lugar, seriam aplicadas medidas educativas. Segundo Westin (2015), no caso dos delinquentes com idade entre quatorze e dezessete anos, o destino seria uma escola de reforma (ou reformatório), onde receberiam educação e aprenderiam um ofício. Os menores de quatorze anos que não tivessem família seriam mandados para a escola de preservação, uma versão abrandada do reformatório. Os mais novos com família poderiam voltar para casa, desde que os pais se comprometessem com as autoridades a não permitir que os filhos recaíssem.

Extenso e minucioso, o código se dividia em mais de duzentos artigos que iam muito além da punição dos pequenos infratores. Normatizavam desde a repressão do trabalho infantil e dos castigos físicos exagerados até a perda do pátrio poder e a criação de tribunais dedicados exclusivamente aos menores de dezoito anos (Westin, 2015).

O Código era estimado como um avanço em termos de lei para a infância e adolescência da época, pois se propunha a proteger e corrigir os menores e suas famílias, independente de condições sociais, étnicas e ideológicas. Previa como intervenção o recolhimento de qualquer menor em desacordo com a lei para depois triá-los e selecioná-los para destinos diversos, sendo o mais comum a internação nas escolas de reforma. Mas, na prática, o código recaía mais frequentemente sobre os jovens pobres ou miseráveis, com pouca ou nenhuma escolaridade, negros e mestiços em sua maioria (Westin, 2015).

O Código teve como influência principal os saberes produzidos no campo jurídico e da medicina. Foi o primeiro documento específico para a infância e a adolescência no Brasil, mas não incidia sobre todas elas, apenas sobre aquelas que se encontravam em situação denominada irregular. Em suas diretrizes a ideia de proteção muitas vezes se misturava com a de prevenção, em uma tentativa não de proteger as crianças e adolescentes de possíveis riscos, mas sim de proteger a sociedade dos possíveis criminosos que essas crianças e jovens poderiam se tornar. Desta forma, a triagem e observação eram recomendações constantes (Cirino, 2001).

A estrutura jurídica que serviu de base para a criação do Código de Menores foi a dos Tribunais de Menores. Implantado em 1924, os tribunais atuavam pela doutrina da situação irregular. Os juízes, por um princípio arbitrário de não diferenciação entre as crianças abandonadas e delinquentes, deferiam o recolhimento e estudo de qualquer criança que se achava em “situação irregular” (Cirino, 2001).

Em 1941 a aplicabilidade do Código sofreu um aperfeiçoamento através da criação do Serviço de Assistência ao Menor (SAM). Este aperfeiçoamento adveio do pouco alcance que o Código estava tendo no combate efetivo à criminalidade e ao abandono dos menores. O SAM era um correlato das penitenciárias para a população infanto-juvenil. A década de quarenta foi marcada também pela promulgação de leis trabalhistas, prevendo regulamentar efetivamente o trabalho infantil, bem como pela criação e atuação do Ministério da Educação e Saúde Pública no governo de Getúlio Vargas (Rizzini & Pilotti, 2009).

Os períodos conhecidos como Estado Novo e República Populista parecem ter estagnado e retrocedido em propostas para o cuidado com a infância e adolescência, principalmente aquela que se encontrava abandonada e em situação de criminalidade, a qual era alvo de toda a preocupação e incômodo dos governantes e da elite econômica e social. Mesmo com as tentativas de modificações no potencial de alcance do Código, os resultados não se mostravam como o esperado.

4 Governos Militares e Estado Democrático: da Política de Bem Estar Nacional ao Estatuto da Criança e do Adolescente

Em 1945, no cenário político e econômico após o fim do Estado Novo, o país conheceu um curto período de democracia liberal representativa. Neste período houve uma maior integração econômica na esfera capitalista ocidental. Entretanto, este movimento solidificou e aprofundou a segregação social no país. O processo de modernização não atingiu a todos e tinha um caráter conservador pelas características ainda presentes de concentração de terras e de renda, a preponderância do capital proveniente de outros países e a intensa exploração do trabalho (Boris, 2009a).

Tal situação culminou na formação de movimentos sociais no campo e no fortalecimento dos sindicatos de trabalhadores urbanos. Os partidos políticos ligados aos trabalhadores, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), também ganharam maior influência. Este período ficou conhecido como República Populista pela ligação de alguns governos aos movimentos populares (Boris, 2009a).

Na década de cinquenta, as mudanças realizadas pelo projeto político desenvolvimentista promoveram um salto na economia e no avanço tecnológico do país. Porém, fomentaram a inflação das cidades mais desenvolvidas, como as do sudeste. Houve um aumento significativo do êxodo rural, e as cidades não comportavam estruturalmente aquela nova população. Houve uma ocupação de espaços, mesmo sem condições habitacionais, chamados de favelas. A falta de estrutura habitacional e social consequentemente aumentou o número de criminalidade. Mas as políticas para os menores continuaram da mesma forma, na lógica de responsabilização do menor por se encontrar marginalizado e do oferecimento de correção como forma de adestramento social (Alves, Souza & Marra, 2011).

A classe dominante brasileira, conservadora e ligada aos setores latifundiários e dependentes do capital estrangeiro, começou a não aceitar os caminhos que tomavam o processo de modernização, principalmente com o fortalecimento de organizações populares e de partidos ligados aos trabalhadores. Em um contexto mundial de Guerra Fria, em que havia a polarização entre Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), foram constantes as tentativas de golpes de Estado, terminando o período com a instauração de um regime ditatorial civil-militar que perdurou por anos, entre 1964 e 1985 (Boris, 2009a).

O Brasil entrou, então, em uma nova fase de sua história política. Esta fase marcou a nação, a população e as instituições de forma profunda. Durante duas décadas o país viveu sob um regime ditatorial e de confronto entre forças políticas e sociais. Na economia houve uma rápida diversificação e modernização da indústria e serviços, sustentada por mecanismos de concentração de renda, endividamento externo e abertura ao capital estrangeiro (Boris, 2009b).

Suprimiram-se os direitos constitucionais e os Atos Institucionais foram mecanismos usados pelos militares para legalizar ações políticas não previstas e mesmo contrárias à constituição. A nova Lei de Segurança Nacional seguiu a doutrina de Segurança Nacional influenciada pela Guerra Fria. Nela havia uma preocupação acentuada em proteger o Estado contra um "inimigo interno", no caso do Brasil naquele momento, pessoas comprometidas em perverter a ordem, o regime vigente ou o Estado de Direito (Boris, 2009b).

Com o regime militar revoga-se o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) e cria-se a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM). A concepção de infância havia ganhado outro patamar no cenário internacional. Com a publicação nas Organizações das Nações Unidas (ONU) da Declaração Universal dos Direitos das Crianças, parte integrante da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ideias sobre o Estado como interventor e

responsável pela real proteção e assistência à infância deram a todas as crianças o lugar de “sujeito de direitos”. Influenciado pelas pressões internacionais, a PNBEM tinha como ideário a reinserção dos menores nas famílias e o reconhecimento de fatores sociais que lhes vitimavam. Porém, a sua operacionalização através da Fundação Nacional do Bem-estar do Menor (FUNABEM) e Fundação Estadual de Bem-estar do Menor (FEBEMs) carregavam a marca de uma administração autoritária (Cirino, 2001).

Além disso, o bem-estar das crianças se confundiu com a Lei de Segurança Nacional, mesmo, como foi dito, tendo a ONU atuado fortemente no desenvolvimento de programas para a recuperação de crianças pobres e pressionado pela efetivação do código de proteção às crianças. O registro do uso de medidas de exclusão, isolamento e violência para controle da infância e juventude foi marcante. Marcante também foi o crescimento da desigualdade social, já que as classes pobres e miseráveis não se encaixavam no ambicioso projeto econômico e social do governo (Cirino, 2001).

Apesar de inicialmente haver um forte apoio da sociedade civil ao primeiro Código de Menores, com a sua instalação e aplicabilidade ao longo dos anos, principalmente através da FEBEMs, foram surgindo denúncias populares do uso de medidas violentas para “reeducação dos menores”. Estes centros se especializaram em triar e observar os menores, intensificando o processo de criminalização e exclusão da pobreza, sem assumir uma assistência e proteção efetiva a estas crianças (Rizzini & Pilotti, 2009).

Juntamente com as pressões internacionais lideradas pela ONU, setores da sociedade civil, grupos de estudantes universitários, artistas, jornalistas e intelectuais que já lutavam contra os preceitos do governo ditatorial, iniciaram um movimento de abertura para novos paradigmas de cuidados com a infância e com a saúde. Iniciou-se também um movimento de denúncias do uso de medidas violentas pelo governo e de denúncia do processo de

criminalização e exclusão da pobreza. Em 1976 foi instalada a CPI do Menor pela Câmara dos Deputados, como forma de reconhecimento da ineficiência da PNBEM (Bandera, 2014).

No final dos anos setenta, inicia-se um processo de desestabilização da estrutura do Regime Militar. O país, neste momento, passava por uma crise econômica que se agravava a cada dia. Passados vinte e um anos, os militares saíram do poder e começou um processo de redemocratização do país com o apelo para o retorno das eleições diretas e a livre organização partidária. Nesse momento, diversos partidos se formaram numa época em que as demandas da população se avolumavam (Boris, 2009b).

As efetivas mudanças no campo da infância ocorreram com o início da redemocratização do país. Organizações governamentais e não governamentais nacionais e internacionais começaram a denunciar o desrespeito aos direitos das crianças no Brasil. As lutas dos movimentos sociais, juntamente com a insatisfação e uma grande pressão popular, culminaram na revogação do Código de Menores. Surgiu o segundo Código de Menores de 1979, que incorporou uma nova concepção assistencialista à população infanto-juvenil, mas mantinha a mesma estrutura de doutrina da situação irregular (Bandera, 2014).

Segundo Vilas-bôas (2012), o Juiz de Menores continuava atuando somente em situações de carência e/ou delinquência, as demais questões eram analisadas pelo magistrado da Vara de Família sob a incidência do Código Civil. Uma divisão se estabeleceu então entre as crianças que tinham famílias nos padrões definidos pela sociedade brasileira e as que não tinham, essas últimas eram cuidadas pelo Direito de Menor. Verificou-se que 80% das crianças e jovens internados nas FEBEMs não haviam cometido nenhum ato infracional ou semelhante, elas foram recolhidas por não se adequarem aos protótipos culturais, sociais e familiares concebidos pelas elites intelectuais e jurídicos da época.

Coincidindo com as lutas contra a ditadura militar e a favor de uma reforma para redemocratização do país em todos os níveis, ao final do século XX três movimentos foram

importantes para favorecer uma mudança na forma de cuidado com as crianças e adolescentes no país e o desenvolvimento do campo da saúde mental infanto-juvenil. Foram eles: a Reforma Psiquiátrica, a Luta Antimanicomial e o já mencionado reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos (Reis *et al.*, 2010).

O movimento da Reforma Psiquiátrica começou na Europa e ganhou força e organização ao denunciar as condições de tratamento asilar de pessoas com sofrimento mental, propondo novas formas de intervenções. Houve uma mudança do paradigma hospitalocêntrico para a construção de uma atenção voltada para o atendimento territorial, o acolhimento e a inclusão social (Reis *et al.*, 2010).

No Brasil, a incidência da Reforma começou pela transformação do movimento da Higiene Mental, enquanto matriz histórica na Promoção da Saúde Mental. À medida que a Higiene Mental se propunha a curar e reabilitar doenças, a ideia da saúde mental era trabalhar com a prevenção e a educação de aspectos positivos da saúde. Em nome da saúde mental, uma série de movimentos transformadores da cultura e da assistência psiquiátrica foram ganhando força e adesão (Cirino, 2001).

Foram desenvolvidas, então, novas políticas de saúde mental no país em consonância com a criação do Sistema Único de Saúde, o SUS. Esse, através dos seus princípios de integralidade, equidade e participação da comunidade, inaugurou no país uma saúde democrática que se baseia em equipamentos sociais organizados a partir da atenção básica. Tais políticas de saúde vêm evoluindo para se tornarem cada vez mais democráticas, comunitárias e autônomas (Reis *et al.*, 2010).

A Reforma Psiquiátrica e outros movimentos ligados diretamente ao campo da saúde mental também tiveram uma influência decisiva para acelerar o processo em prol da promulgação da Constituição Federal de 1988 (Reis *et al.*, 2010).

Durante a elaboração da nova Constituição Federal, um grupo de trabalho se reuniu para formular também um artigo para a promulgação dos direitos das crianças e dos adolescentes. O resultado foi o artigo 227, que serviu de base para a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esta mobilização foi fruto da criação, nos anos anteriores, de movimentos e frentes de defesa aos direitos da infância e adolescência, tais como: Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (1985), Frente de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (1986) e Comissão Nacional Criança Constituinte (1986) (Longo, 2010).

Dois anos depois, em 1990, subsidiados por estes movimentos e pela ratificação dos direitos humanos na Convenção Internacional dos Direitos das Crianças promovida pela ONU em 1989, promulgou-se o ECA. O Estatuto, aprovado pelo Congresso Nacional na Lei 8.069/90, tem como diretrizes a igualdade, a proteção integral e o atendimento prioritário às crianças e adolescentes. É considerado um documento exemplar no campo dos direitos humanos e reflete o debate de ideias e a participação de vários segmentos sociais envolvidos com a infância no Brasil (Vilas-bôas, 2012).

Os direitos das crianças e adolescentes entraram no sistema protetivo do judiciário e não somente no punitivo, como foi durante todos esses anos. Sendo direcionado a todas as crianças, o ECA tenta superar o binômio carência/ delinquência, menores/crianças previsto no Código de Menores. Rompe-se com a doutrina da situação irregular para abarcar a doutrina de proteção integral prevista na Carta Magna. O ECA também visa garantir que a aplicabilidade de suas normas, por pertencer ao ramo do direito público, não fique ligada a arbitrariedade dos magistrados, tentando diminuir a distância entre as proposições legais e sua prática (Vilas-bôas, 2012).

Apesar do ECA ter completado vinte e seis anos de existência, a prática e a criação de aparatos baseados nesta nova forma de cuidado estão sendo construídos e modificados até os

dias de hoje. Como exemplo tem-se a criação de programas governamentais e não governamentais de atenção à primeira infância, como o Programa Criança Feliz, o Marco Legal da Primeira Infância, entre outros.

A estima aos primeiros anos de vida é uma tendência que se repete nas proposições mais atuais acerca do cuidado com a infância em geral. Esta faixa etária impõe uma atenção de cuidados em saúde mental denominados, nos dias de hoje, de intervenção precoce na rede pública. A importância dos cuidados específicos com a primeira infância tem sua justificativa nos campos econômico, social e clínico e traz à tona a problematização acerca do seu caráter preventivo diante dos problemas em saúde mental, não só das próprias crianças, mas também o seu reflexo nos adolescentes e adultos. O fato é que se vislumbra neste investimento à primeira infância um caminho de prevenção aos problemas de saúde mental, que consequentemente, se tornam problemas de saúde pública.

Prevalece o pensamento segundo o qual muitos esforços científicos, econômicos e sociais devem ser fortemente concentrados na primeira infância (Shonkoff & Phillips, 2000). Através de pesquisas no mundo todo, já se sabe que os problemas de saúde mental acometem uma em cada cinco crianças/adolescentes, que sem tratamento adequado perduram até a idade adulta. Os transtornos mentais da idade adulta, com frequência, iniciam-se na infância e existem tratamentos efetivos para a maior parte dos problemas de saúde mental da infância (WHO, 2005).

Economistas e cientistas políticos são unânimes em afirmar que o investimento na primeira infância também evita gastos de grande monta. Um levantamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento aponta que, para cada US\$1 investido em políticas públicas em primeira infância são economizados US\$7 no futuro.

No cenário clínico, estudos mostram que a denominada clínica da primeira infância e sua atenção à dimensão psíquica do desenvolvimento pode diminuir significativamente a

incidência de transtornos mentais tanto na infância como na idade adulta (Kupfer, Jerusalinsky, Bernardino, Wanderley,... Sales *et al.*, 2009).

Cabe então detalhar o que é a atenção à dimensão psíquica do desenvolvimento no contexto da clínica da primeira infância. Tal como a Psicanálise postula, ela é responsável pela instalação do desejo e da subjetividade na criança. A subjetividade se constrói muito cedo e isso determina a direção das relações da criança no curso de sua vida. Assim, os processos de desenvolvimento e crescimento dependem da constituição da vida psíquica.

O sujeito é uma noção que não coincide com as noções de Eu ou de personalidade, mas uma instância psíquica inconsciente. Constrói-se, desde o início da vida de uma criança, a partir de um campo social pré-existente – a história de um povo, de uma família, do desejo dos pais – mas também a partir dos encontros, intercorrências e acasos que incidem na trajetória singular da criança. Do campo da cultura e da linguagem virão as chaves de significação em torno das quais a criança deverá construir para ela própria um lugar único. Desse processo, surgirá o sujeito psíquico, aqui concebido como um elemento organizador do desenvolvimento da criança em todas as suas vertentes – física, psicomotora, cognitiva e psíquica (Kupfer *et al.*, 2009, p. 50).

A idade de detecção de possíveis riscos e de intervenção é um dado central. “Trata-se de propor estratégias de detecção que permitam uma intervenção *a tempo* (grifo do autor), ou seja, em um momento em que as áreas mais nobres do aparelho psíquico ainda estão em construção, antes que os processos psicopatológicos propriamente ditos se instalem.” (Kupfer *et al.*, 2009, p.14).

Diante deste recente foco econômico, social e clínico para com a primeira infância, o campo da saúde mental tem começado a se atentar para a necessidade de um cuidado específico a esta faixa etária através da criação de programas de atenção à primeira infância. Estes programas incluem propostas preventivas para todas as crianças na faixa etária de zero a seis anos e não somente aquelas que já apresentam alguma dificuldade em seu

desenvolvimento e/ou constituição psíquica. Para essas crianças a saúde mental já conta com um dispositivo de tratamento: os Centros de Atenção Psicossocial para a Infância (CAPSi).

Não que esta faixa etária também não fosse cuidada nas unidades de saúde da rede pública, como, por exemplo, as da atenção básica, mas incluir um olhar ampliado para com a primeira infância que considere a dimensão psíquica, além da dimensão física e o desenvolvimento cognitivo é o que dá o tom de novidade.

O Marco Legal da Primeira Infância, por exemplo, é uma lei aprovada em 2016 que reestruturou uma série de artigos do ECA. O Marco coloca como prioridade no desenvolvimento de programas, na formação dos profissionais e na formulação de políticas públicas, as crianças de zero a seis anos, valorizando, portanto, os primeiros anos de vida (Terra, 2016).

Como uma aplicação do Marco Legal, o programa Criança Feliz, lançado no final do ano de 2016, quer implementar visitas de equipes multidisciplinares às gestantes, crianças de até três anos e suas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; crianças de até seis anos beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e suas famílias; e crianças de até seis anos afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção prevista no art. 101 da Lei nº 8.609, de 13 de julho de 1990, e suas famílias, a fim de acompanhar e dar orientações a cerca da importância dos vínculos familiares e comunitários, bem como realizar a estimulação infantil precoce (Decreto n. 8869 de 5 de outubro de 2016).

Mesmo não considerando um dos princípios básicos do ECA, que é de aplicabilidade da legislação a todas as crianças independente da sua classe social e não somente as beneficiárias de programas sociais do governo, o programa Criança Feliz é o que de há de mais contemporâneo no cenário das políticas públicas para a infância. Visa à prevenção de casos de abandono de crianças, por isso observa e orienta as gestantes, famílias e

comunidades, bem como a prevenção de desordens psíquicas na infância, a fim de gerar “novos campeões”, como diz no site do programa (Decreto n. 8869 de 5 de outubro de 2016).

5 Da Infância ao Infantil: a Criança na Psicanálise

5.1 Considerações Preliminares

A montagem genealógica da história da infância marginal no Brasil apresenta as relações ético-políticas que compõem os três eixos discursivos principais na construção social das ideias e das práticas sobre as crianças: o jurídico, o médico e o pedagógico. A partir da modernidade, todos esses discursos são calcados no ideal científico positivista. Basicamente, são ideias que visam o ordenamento da infância marginal a partir de um modelo de homem racional e médio. Para tal, a criação de práticas regulatórias é constante. Porém, durante muitos anos, o uso de práticas semelhantes e o seu contínuo fracasso se apresentam, bem como a constatação de uma solução comum após o fracasso: o uso de técnicas de exclusão, violência e eliminação das crianças.

Para realizar a análise das relações de poder que se estabelecem e os seus desdobramentos, como o apresentado no parágrafo anterior, precisa-se de elementos metodológicos que ajudem na articulação das questões políticas, sociais e individuais. A proposição freudiana, através do próprio Freud e de interlocutores, com as noções de infantil, sexualidade, inconsciente e pulsão, sustentam a análise dos achados históricos que circulam de um lado sobre os ideais acerca da infância e do outro na impossibilidade de governo da infância marginal. Com esta análise se intenta empreender uma hipótese das intenções públicas para com a infância marginal.

A Psicanálise, enquanto método de investigação é mais comumente conhecida pelas suas contribuições e aplicação no tratamento clínico, mas possui um corpo de conhecimento coerente e consistente que não impede a sua extensão em outros campos, como o dos fenômenos sociais e políticos (Mezan, 1995). Além do seu método de escuta do inconsciente,

que está presente como determinante nas mais variadas produções humanas, culturais e sociais (Rosa, 2004), a Psicanálise fornece elementos teóricos para uma análise próxima a crítica social. Segundo Roudinesco (1994), tais elementos são: o mito edipiano como fundador das sociedades modernas, a função da identificação e o advento do sujeito da ciência.

Freud se interessou pela sociedade, e a escrita dos seus textos sociais revela um processo de construção do seu sistema de pensamento e não uma mera transposição ou aplicação de uma teoria do sujeito e da realidade psíquica. Segundo Enriquez (2005, p. 160), “o método de escrita das obras sociológicas de Freud, por sua vez, está ligado a sua postura de analista que busca a descoberta”. Portanto, o pesquisador em Psicanálise se define mais pela maneira de investigar e formular questões, do que pelo seu tema e lugar (Rosa & Domingues, 2010).

5.2 Outra história da infância: a contribuição da Psicanálise

Ao final do século XIX, Freud também passou a se interessar pela infância e a considerar que as experiências vividas durante esta etapa de vida estavam ligadas diretamente a etiologia das desordens psíquicas. Inicialmente, *pari passu* com o discurso produzido pela ascensão da medicina na modernidade, Freud se interessava em descobrir uma forma de curar as afecções da mente. Nas obras pré-psicanalíticas de 1892 a 1899, acreditava que o encontro, ou melhor, a rememoração do fato real ou fator que originou a desordem psíquica e, conseqüentemente, a formação de sintomas, garantiria a sua cura, a sua ordem (Zavaroni, Viana & Celes, 2007).

Breuer e Freud (1895/1990) hipotetizavam que no tratamento da histeria, por exemplo, o fato traumático era uma sedução real ocorrida durante a infância daquelas mulheres. Mas a experiência clínica lhe apresentava as dificuldades advindas dessa forma de conceber a infância, já que passou a desconfiar ser impossível que todas as histéricas tivessem pais perversos ou sofrido episódios reais de sedução sexual, além de perceber que a rememoração não garantia a cura psíquica e o estabelecimento do suposto equilíbrio mental (Freud, 1986).

As dificuldades clínicas de Freud eram paralelas às dificuldades governamentais de normalização da infância desde o século XIX. Apesar de partirem de estratégias diferentes, elas têm em seu cerne a mesma compreensão de que a causa do desajustamento dos indivíduos à norma social vêm diretamente de uma experiência real, singular ou coletiva de ordem traumática, ocorrida no período da infância, seja ela da ordem da violência, da sexualidade, da vulnerabilidade social ou das condições de pobreza e miséria. Portanto, as estratégias se voltavam para o contrário direto a esse pensamento, ou seja, se uma criança tiver uma infância livre de experiências traumáticas ela poderá seguir sendo um adulto saudável, competente, trabalhador e feliz.

As primeiras experiências de vida e a relação da criança com o *socius* têm grande importância na constituição psíquica e na condição de entrada da criança no laço social, mas a sua relação não se dá de maneira direta e determinante, como reconhece Freud algum tempo depois. Bem como a concepção de trauma sofre uma reestruturação no meio psicanalítico.

Naquele momento, a tentativa de ajustamento, seja por estratégias de governo ou pelo tratamento psicanalítico, não era satisfatória para o restabelecimento dos padrões normais, sendo um constante desafio. A nível governamental, o fracasso da normalização da infância aguçava o retorno do uso de aparatos para a exclusão e eliminação dessas crianças do meio social, mesmo tendo a ciência avançado na produção de conhecimento para resolver os problemas de desajustamento social.

Ainda que esta visão da infância tenha circulado no início da Psicanálise, Freud já dava pistas de uma oscilação teórica quanto à importância e o lugar das vivências infantis na constituição psíquica e na subjetividade infantil. Esta oscilação permitiu o desenvolvimento de um conceito fundamental ligado à ideia de infância: o infantil. Na Carta de 52 (1896/1990a), por exemplo, Freud já começava a considerar que o material psíquico, chamado de traço mnêmico, é continuamente traduzido e, portanto, o infantil não podia ser compreendido como uma transposição literal das experiências vividas na infância. O texto *Lembranças Encobridoras* (1899/1996a) aponta para a impossibilidade do resgate da infância em sua forma original pela ação do recalque que fragmenta as recordações das experiências (Zavaroni, Viana & Celes, 2007).

Infância e infantil, portanto, se tornaram conceitos distintos, mas que possuem uma ligação entre si. De acordo com Zavaroni, Viana e Celes (2007), a infância refere-se a um tempo da realidade histórica e o infantil, enquanto conceito metapsicológico, apresenta-se no discurso como um modo particular de tomar a infância calcado nas noções de fantasia, pulsão e inconsciente. O infantil, enquanto conceito, distancia Freud do discurso dominante da sua época.

O deslizamento da infância ao infantil assume contornos mais precisos quando Freud passa a considerar o papel da fantasia na constituição do psiquismo. Assim, a partir de *A interpretação dos sonhos* (1900/1972), há um reposicionamento em relação ao lugar da experiência vivida na constituição do trauma e uma valorização da realidade psíquica em detrimento à realidade material. A introdução da fantasia na constituição das cenas infantis irá imprimir às lembranças a marca da singularidade. Fatos e fantasias irão compor a construção das recordações e do esquecimento, possibilitando “a elaboração freudiana de que não há fato possível de ser reproduzido em sua integridade e não há fantasia que não possua uma conexão com a realidade” (Zavaroni, Viana & Celes, 2007, p. 67).

No texto *Uma criança é espancada* (1919/1980b), apesar da complexidade do conceito de fantasia, Freud deixa mostrar mais algumas de suas características, já que nota que a fantasia de espancamento é recorrente nas suas pacientes do sexo feminino. A primeira característica é que há um prazer que retorna para o próprio sujeito que cria a fantasia, ou seja, a presença de uma satisfação autoerótica, remetendo a um traço primário de perversão (Carreira, 2009).

Para Freud, toda pessoa “sadia” tem algo de perverso em sua sexualidade, ou seja, uma atividade sexual que se estende nas regiões do corpo para além da união sexual final e que é um dos processos típicos da vida sexual da criança. Mas esta atividade só vai ser permitida ou não de acordo com as resistências oferecidas pelas forças psíquicas (Garcia-Roza, 1995). Portanto, esse traço de perversão pode encontrar dois destinos possíveis: o recalque e a sublimação. No recalque esse traço irá retornar sempre como compulsão nos sintomas, já a sublimação surgirá somente quando ocorrer algum processo especial, pois o recalque a detém (Carreira, 2009). A sublimação, enquanto destino da pulsão, promoverá um desvio da energia libidinal das suas metas originais para o investimento em realizações culturais, ou que são úteis ao grupo social. A sublimação é uma forma de conciliar a exigências sexuais com as da cultura (Freud, 1915/1996c).

Apesar de o sujeito, na resolução do Complexo de Édipo, construir uma unificação imaginária, pois as pulsões parciais aparentam uma unidade chamada de pulsão genital, ele ainda mantém uma fixação a esse traço de perversão, só acessível na fantasia. Este traço rege o posicionamento do sujeito em todas as suas relações interpessoais, nas quais ele repete o que Freud (1921/1976c) chamou de clichê estereotípico: a sua forma particular de se conduzir na vida erótica. Trata-se, então, de uma marca desse sujeito, daquilo que o singulariza (Carreira, 2009).

Outras duas características fazem parte do escopo da fantasia: ela porta um paradoxo e se apresenta como uma cena difusa. Na estruturação da neurose a fantasia gera prazer, mas é também repugnante, portando, um paradoxo: o prazer articulado ao desprazer. Assim, o sujeito não consegue relatar a sua fantasia porque esbarra em uma impossibilidade advinda da ação do recalque sobre o desejo, e o que aparece é uma cena difusa. Para Carreira (2009), Freud vai deixando claro então que “na fantasia o sujeito está dividido, pois se encontra diante de algo que o concerne, mas que ele vê como estrangeiro” (p 160).

Através da experiência clínica, Freud (1919/ 1980b) nota que o discurso das suas pacientes ao abordar a fantasia sofre transformações. Como se dedicou à descrição das fantasias de espancamento das meninas, percebeu que essa transformação ocorre em três tempos do processo de análise. De acordo com Carreira (2009) esses tempos são:

1. “Uma criança é espancada”: trata-se da primeira emergência da cena difusa. Freud afirma que não se trata de uma cena masoquista, pois na frase a criança espancada não é o próprio paciente/autor. Embora a identidade de quem bate seja obscura, sempre revela-se como um adulto, provavelmente o pai da criança.

2. “Estou sendo espancada pelo meu pai”: Freud toma esse tempo como a emergência do masoquismo, pois a criança espancada coincide com o paciente/autor. O adulto que bate permanece o mesmo do primeiro tempo. Trata-se de uma cena que jamais teve existência real e consciente, é fruto do processo de análise.

3. “Provavelmente estou olhando”: há a presença de um caráter sádico manifesto e uma excitação masturbatória, pois o paciente/autor aparece apenas no lugar de quem olha. O adulto que bate e a criança espancada são substituídos por equivalentes.

Freud (1919/1980b), neste momento da sua obra, apesar de considerar que o masoquismo emerge no segundo tempo na fantasia, acaba por encontrar o sadismo e o próprio masoquismo praticamente nas três cenas. Ele reconhece um sadismo primário no primeiro

tempo da fantasia, devido ao fato de nele outra criança estar sendo espancada. Esse sadismo primário é fruto do ciúme advindo dos amores incestuosos da infância e que são recalçados durante o Complexo de Édipo. Assim, embora no segundo tempo a fantasia seja declaradamente masoquista, ela substitui e realiza, sem realizar, o sadismo que foi recalçado. Segundo Carreira (2009), esta é mais uma característica da fantasia: ela realiza, sem realizar, um desejo.

Porém, Freud inverte essa proposta cinco anos depois em *O problema econômico do masoquismo* (Freud, 1924/1980d). Ele atesta a existência de um masoquismo erógeno ou primário, em que a dor e o sofrimento são fins em si mesmos. Trata-se de uma concepção já apoiada em sua descoberta da pulsão de morte, o *Além do princípio do prazer* (Freud, 1920/1980c), e que será abordada mais adiante. Por ora, é importante compreender que nessa nova concepção o sadismo surge a partir de uma inversão da organização sexual autoerótica primordial (masoquista) e posteriormente, em virtude do recalque, retorna ao sujeito enquanto masoquismo secundário. Levando em conta esse passo a mais de Freud, pode-se dizer que a fantasia é essencialmente masoquista, envolvendo o corpo do sujeito em uma cena de sofrimento prazeroso e de submissão (Carreira, 2009). Esta ideia também será retomada mais adiante.

Nota-se que o conceito de fantasia aparece atrelado à sexualidade infantil e ao desenvolvimento pulsional, por isso faz-se necessário um retorno a estes dois últimos conceitos. Freud já havia constatado que as crianças apresentam comportamentos e uma curiosidade sexual desde muito cedo. “A criança que Freud descortina sente tristeza, solidão, raiva, desejos destrutivos, vive conflitos e contradições, é portadora de sexualidade, escapa ao controle da educação.” (Prizkulnik, 2004, p. 72).

De acordo com Garcia-Roza (1995), a partir de *Três Ensaio da Teoria da Sexualidade* (1905/1980a), mas mais especificamente de *Sobre a Introdução do Conceito de Narcisismo*

(1914/1996b), a sexualidade infantil deixa de ser um termo para designar comportamentos sexuais na infância e passa a ser um conceito explicativo designado à natureza sexual humana, se distanciando principalmente da noção de sexualidade animal.

O comportamento sexual dos animais é regido por um padrão instintivo de reprodução, portanto tem objeto e alvo definido. Neste ponto, Freud percebe que a conduta sexual humana subverte esse padrão, sendo regida pela satisfação, pelo princípio de prazer, e não por um objeto definido ou mesmo por algo que funcione como indicativo de seu objeto (Garcia-Roza, 1995). Dessa maneira, a sexualidade se apresenta como o que sinaliza o distanciamento do ser humano da sua suposta natureza animal e, juntamente com a noção de pulsão, fixa a marca da incompletude e da falta de um estado primeiro ou primordial na constituição humana.

A sexualidade não tem sua origem no biológico, assim como uma ordem secundária pode ter sua origem em uma ordem primária que a fundamenta e fornece seu princípio de inteligibilidade. Se o pulsional é um “desvio”, certamente não é o biológico. O pulsional é desviante em si mesmo, desvio original e não desvio de outra ordem da qual é tributário (Garcia-Roza, 1995, p. 54).

Por algum tempo o uso da noção de apoio em Psicanálise dava a entender que as pulsões sexuais inicialmente se apoiavam nas funções conservadoras da vida para depois se tornarem independente. Mas antes mesmo de constituir qualquer unidade comparável ao “Eu” no humano, as pulsões autoeróticas, não unificadas, já estão presentes produzindo satisfação em diferentes partes do corpo. Os cuidados iniciais que a mãe ou um cuidador dispensa ao bebê erogeniza partes do seu corpo, introduzindo-o no campo da sexualidade. Apesar deste “início pulsional” é importante nos precavermos contra a ideia de um objeto e de uma experiência primeira de prazer/desprazer na série da sexualidade. Eles só assim o são contingencialmente, pois não há objeto e nem experiência plena, nem mesmo o seio da mãe (Garcia-Roza, 1995).

É por isso que em Psicanálise a noção de pulsão é uma das contribuições mais originais e centrais de Freud (Garcia-Roza, 1995). A pulsão atua sempre como força constante e a sua proveniência é de fontes de estímulo situadas no interior do próprio corpo, ou melhor, em partes do corpo. Diferente da pressão por necessidade, como a fome e a sede, a pulsão não está a serviço de nenhuma função biológica e nada tem a ver com um comportamento adaptativo (Garcia-Roza, 1995).

O alvo da pulsão, a satisfação, só pode ser atingido parcialmente, não por falta de meios adequados, mas em decorrência da própria natureza da pulsão que busca reeditar uma satisfação primeira, como foi dito, uma busca por um objeto perdido. Segundo Garcia-Roza (1995), este objeto perdido nunca foi de fato perdido já que nunca foi de fato tido. O que se evidencia nessa busca ao objeto perdido é o impossível da satisfação plena e completa, ocorrendo uma essencial discrepância entre o objeto procurado e o objeto encontrado.

O objeto encontrado, que fornece uma satisfação parcial à pulsão, não precisa ser um objeto específico. O que torna um objeto apto a fornecer este tipo de satisfação está ligado à história do sujeito, aos seus desejos e fantasias. Além disso, tal objeto que recebe o investimento pulsional não é um objeto externo tal como uma “coisa-do-mundo” (Garcia-Roza, 1995, p. 94), mas uma representação que se constitui da ligação entre representações sensoriais elementares e a palavra.

Freud, em 1905, inaugurou a sua primeira teoria do dualismo pulsional entre as pulsões do Eu, de autoconservação e as pulsões sexuais. Ele acreditava que havia um conflito entre os dois tipos de pulsões que comprometiam a conservação do indivíduo e o progresso da civilização. Para tanto, apostava que a resolução deste conflito estava na liberalização dos costumes e na diminuição dos rigores da moral, pois se a pulsão sexual não tem o objeto fixo, esta pode ser melhor direcionada para vias socialmente aceitas e úteis, sem tanta repressão na educação, principalmente das crianças (Betts, 2010).

As pulsões do Eu são facilmente dominadas pelo princípio de realidade em função da sua dependência aos objetos externos, já as pulsões sexuais mantem-se no âmbito do princípio do prazer e do processo primário. Portanto, a estratégia proposta por Freud seria de atrair as pulsões sexuais para fins não sexuais através da sublimação, gerando consequentemente uma dominação do princípio do prazer pelo de realidade, contribuindo ao processo de desenvolvimento do Eu. Desta maneira, as medidas educativas ajudariam as crianças a tolerarem certa dose de desprazer causado pela renúncia a satisfação pulsional em troca de outro prazer: o amor como recompensa. Este amor se traduziria pela proteção aos perigos do mundo externo, ou seja, o amor infantil pelo adulto protetor (Freud, 1905/1980a).

Segundo Betts (2010), o texto que mais traz questões sobre a natureza do amor e as implicações da educação é Sobre a Introdução do Conceito de Narcisismo (1914/1996b). Neste texto Freud complementa a teoria das pulsões e aponta que o Eu também era tomado como objeto da pulsão sexual. Esse investimento particular no Eu designa o narcisismo.

O sentimento de onipotência da criança corresponde ao investimento do Eu no narcisismo primário. A criança é desalojada dessa posição quando se apercebe de que falta para o seu Eu atingir a perfeição para a qual se oferecia como objeto de satisfação para a libido. A criança então formará um ideal de Eu através do qual vai tentar reencontrar a miragem de perfeição narcísica primária do Eu ideal (Betts, 2010, p. 51).

Freud, ainda no texto Sobre a Introdução do Conceito de Narcisismo (1914/1996b), afirma que o recalque provém do Eu, ou melhor, o Eu é levado a preservar a satisfação narcísica recalcando as representações incompatíveis com o seu ideal. Este ideal deriva de discursos parentais e sociais, e desta forma, no recalque há a renúncia a um desejo por amor a uma imagem de si ligada a esses ideais que a criança esforça-se para agradar.

Na formação do ideal do Eu ocorre o abandono desse estado de narcisismo onipotente em razão da crítica que os pais exercem sobre a criança. É o resultado da convergência entre o

narcisismo e as identificações com os pais e os ideais coletivos no declínio do Édipo, que reúne as funções de interdição e de ideal ao mesmo tempo (Laplanche & Pontalis, 1998).

No quadro da sua segunda teoria do aparelho psíquico, mais especificamente em *O Ego e o Id* (1923/1990b), Freud figura pela primeira vez o termo superego e este é considerado sinônimo de ideal do Eu, agora chamado de ideal do ego. Anos mais tarde, nas *Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise* (1933[1932]/1990c), Freud retoma a distinção entre superego e ideal de ego. Para Lagache (1961) há um sistema superego - ideal de ego dentro do qual se estabelece uma relação estrutural: “... o superego corresponde à autoridade e o ideal do ego à forma como o sujeito deve comportar-se para corresponder à expectativa da autoridade.” (p.39).

Assim, uma vez que os pais, educadores, e a sociedade em geral herdam os resíduos da situação edípica, Freud (1914/1996b) alerta para que eles não procurem satisfazer o ideal a que eles próprios tiveram de renunciar por meio da criança a quem devem educar. A criança não deve ser colocada no posto de realizar o ideal frustrado de todas as gerações anteriores, correndo o risco de renunciar ao seu desejo e pagar um preço alto por isso (Betts, 2010).

Tal discussão sobre os ideais que circundam uma criança recebe um elemento a mais com a introdução do conceito de pulsão de morte. Freud (1920/1980c) se dá conta que a tendência à destruição e a morte são características da condição humana e se interessa fortemente pelas suas manifestações nas relações sociais.

A partir de 1920, portanto, o campo psicanalítico se modificou significativamente com a introdução do conceito de pulsão de morte (Garcia-Rosa, 1995). Freud foi levado a explicar a estranheza dos fenômenos inconscientes que estavam alheios ao princípio do prazer. Para tanto, isolou o aspecto destrutivo que creditou à sexualidade e este passou a ser característico da pulsão (Betts, 2010).

A teoria do dualismo pulsional se modificou. As pulsões de vida, agora representadas pelas pulsões sexuais e de autoconservação, se opõem à pulsão de morte. Um novo movimento no funcionamento psíquico ganhou relevância para além da série prazer/desprazer: o movimento de constância e de inércia pulsional. As pulsões de vida continuam representando o movimento de constância da série prazer/desprazer, enquanto a pulsão de morte representa o movimento de inércia, de repetição, e consequentemente, o caráter anárquico das pulsões (Gutiérrez-Terrazas, 2002).

A condição de constituição psíquica e a produção de sintomas também ganharam outro estatuto a partir de 1920. Com a noção de pulsão de morte, Freud percebe que os sintomas carregam em si uma satisfação que torna o tratamento difícil, os pacientes não abrem mão com facilidade de seus sintomas e se os fazem não é de maneira total. A partir de 1920 o conceito de sintoma passa a ter duas faces: o sintoma como mensagem, passível de interpretação, e o sintoma como satisfação pulsional, que é o que resiste ao tratamento analítico. O caminho do tratamento vai se dar pelo modo de lidar com a satisfação e, ao mesmo tempo, com a dor do sintoma (Maia, Medeiros & Fontes, 2012).

Além das implicações no tratamento clínico, a noção de pulsão de morte foi erguida em um momento que Freud estava cada vez mais convencido que “o sujeito psíquico é simultaneamente, um sujeito social” (Enriquez, 2004, p. 46). No texto de 1932, Por que a guerra? Freud articula o método e teoria psicanalítica à fenômenos sociais, buscando responder à Einstein quais são as motivações que levam os homens a produzirem guerras, ou melhor, porque a violência é sempre uma saída de escolha dos seres humanos frente às diferenças e frustrações na relação com os outros.

A resposta de Freud (1932/1976e) se inicia pela articulação entre poder e violência. Nas primeiras formações civilizatórias, as quais ele chama de horda, quem detinha o poder era quem usava da força física para fazer a sua vontade prevalecer. Já quando o homem começa a

usar de instrumentos, como as armas, a superioridade intelectual passa a tomar o lugar da força muscular na obtenção de poder. Estas duas formas de poder tem um propósito comum: o de obrigar o opositor a abandonar a sua reivindicação ou divergência. E esse abandono passa a ser feito de duas formas: ou pela morte do inimigo, em que se satisfaz uma inclinação pulsional destrutiva, ou pela sua subjugação, em que se abre mão da segurança em nome de uma vingança.

Ainda segundo Freud (1932/1976e), à medida que a civilização evoluiu, a classe dominada se uniu para reivindicar o poder. Com isso criou-se o direito, que ainda mantém uma dimensão de violência, mas representa o poder e união da comunidade. Porém, o direito não garantiu a igualdade e coexistência segura na comunidade, já que constantemente está ameaçado pelos senhores que podem se colocar acima das restrições vigentes e retrocederem à violência, como os próprios oprimidos podem querer conquistar mais poder.

Freud não acreditava que, até aquele momento, a união da comunidade poderia se dar apenas pelo processo identificatório, pacífico, através de forças afetivas. Para ele a força violenta sempre será a forma principal de manutenção da união e do poder, o poder apenas pela via da ideia e das ideologias, ainda não se sustentava.

Complementa sua argumentação apontando que os atos humanos são complexos porque comportam uma série de motivações, das mais nobres as mais baixas, subsidiadas por uma mescla pulsional. Há um prazer na agressão e na destruição, e a sua mescla com os impulsos eróticos e ideais facilita a satisfação.

Pode-se hipotetizar, desta forma, que quanto mais o ideal dirigido às crianças se desloca e fracassa, mais as crianças são colocadas na mira de um voto de morte e de extermínio (Betts, 2010). Elas são, portanto, alvo de todo o ódio gerado pela frustração imposta pelo fracasso de gerações que não conseguem cumprir o ideal de homem imposto por sua época.

6 A Tentativa de Governo do Impossível: O Mal-Estar da Infância Marginal no Brasil

6.1 O lugar da criança na modernidade e na contemporaneidade

Ao longo da história percebe-se que a criança tem ocupado diferentes posições nas expectativas dos pais e da sociedade, como foi apresentado nos três primeiros capítulos. O que é esperado de uma criança depende da posição que o adulto, do seu círculo mais próximo, ocupa no discurso social, ou seja, o lugar de onde o adulto endereça a sua mensagem a criança. No cristianismo, por exemplo, a criança foi condecorada como o ideal de obediência e pureza que deveria ser perseguido pelos adultos. Com a ascensão da modernidade, tal atmosfera divina se desmonta, e a infância passa para o primeiro plano das preocupações específicas do governo e da sociedade, o que a eleva a categoria de conceito. O ideal educativo proposto às crianças, seja por modos de governo, de orientações à família ou pela educação formal nas escolas, passa a ser o de realizar um futuro de felicidade alicerçado no racional do ser (Betts, 2010).

Segundo Melman (2010), em toda a educação há também um voto de morte dirigido à criança, pois só renunciando ao desejo, como pontuou Freud, ela poderia preencher totalmente o ideal dos pais e da sociedade contidos nos modos de educação, sendo assim necessariamente, uma criança morta. Toda educação é a transmissão de um saber e tem de ser ao mesmo tempo a transmissão de um saber fracassado (Betts, 2010). É impossível satisfazer completamente ao ideal, como se vê de modo radical nas tentativas de normalização da infância marginal.

O que se faz possível é tentar responder às exigências imaginárias dos ideais pela via do amor ao saber transmitido, ou do ódio a esse saber que não assegura a felicidade. Esse saber é suposto a alguém que passa a ser guia ou contraguia da existência do sujeito. A partir

da modernidade, o discurso da ciência tenta se colocar no lugar de suposto saber, retirando o lugar do pai, e se proclamando como o que sabe sobre os caminhos da existência (Betts, 2010).

Até o começo do século XIX o pai ocupava um lugar central na família e na sociedade civil. A política, o direito e a filosofia asseguravam e justificavam a sua autoridade (Betts, 2010). Foi a época do reinado do poder do pai, que era adorado e vigiado, déspota e odiado, e a sua potência se confundia com a própria lei. Este período, em que o pai era a encarnação da Lei simbólica divina na terra, se transforma pelo advento da modernidade, dando lugar ao um pai que dava mostras de sua insuficiência e ausência. Há uma modificação no poder do pai: a figura do pai tirânico passa a ser a do pai questionável, pois a autoridade infinita do pai passa a ser regulada pelas leis do Estado. As consequências deste “declínio social da imago o pai” são comentadas por Lacan, em 1938, no texto Complexos Familiares.

Um grande número de efeitos psicológicos nos parecem provenientes deste declínio social da imago do pai, declínio condicionado pelo retorno sobre o indivíduo dos efeitos extremos do progresso social. (p. 20)

Paralelamente, no decorrer do século XIX, outro personagem ganhou centralidade na cena: a criança. É ela que iria dar continuidade ao nome da família e tinha de receber todos os tipos de investimentos de ordem econômica, educativa e afetiva. Assistiu-se então ao crescente movimento de um olhar exterior sobre a família. Incursões de juízes e médicos no privado da família se justificavam por um suposto “interesse da criança”. A criança passa a ser tomada como um ser social que cada vez mais padece de atenção do Estado, e à família restou um olhar de desconfiança e a determinação de suas funções. O discurso da ciência foi dominando o panorama cultural da modernidade e até mesmo da pós-modernidade, e a infância se tornando o centro das atenções (Betts, 2010).

A promessa da ciência é de transposição dos limites de satisfação, da superação da castração. Já a função paterna é a função de interdição sob a qual repousa a cultura, que dá a possibilidade de surgimento do desejo e da singularidade, mas joga o ser humano para uma condição de satisfação parcial e limitada, função esta que é propriamente a da linguagem sobre o corpo. A ciência promete reverter esse cenário, com uma satisfação ilimitada. A mensagem é “se não fosse proibido seria possível”, ou seja, a incestuosa realização imaginária do ideal de superar o impossível (Betts, 2010).

O discurso científico segue também caminhos que visam o acúmulo de conhecimento e a universalidade desse saber, ao custo da eliminação de qualquer traço de singularidade, subjetividade e saber inconsciente. Com receitas da maneira saudável e normal para ser feliz, ao longo da história, vê-se a criação de orientações e também de uma legislação cada vez mais específica para a tentativa de governo da infância marginal, mas que fracassa continuamente. Em um crescente, o ideal vai sendo deslocado sobre o amanhã da criança, que cada vez mais cedo se torna a esperança de realização do ideal (Betts, 2010), como se percebe no maciço investimento à primeira infância nos dias atuais.

No caminho da modernidade para a contemporaneidade, as crianças passam a ser vistas como seres sem falta, os representantes do ideal da cultura contemporânea. O que provoca uma inversão das funções dos adultos e crianças, borrando as diferenças de gerações. Ao invés de se transmitir para a criança a falta, os adultos lhe dirigem a demanda de preenchimento totalizante da falta. As crianças são cobradas cada vez mais a desenvolverem sua capacidade simbólica, sendo independentes e acelerando o ingresso no universo adulto. Assim, se vê como resultado o crescimento do abandono da responsabilidade e autoridade pelos adultos (Rosa & Lacet, 2012).

Assiste-se, segundo Postman (1999), uma progressiva perda do sentimento de infância, que foi instituído durante a modernidade. O imaginário social que dá a criança um

lugar de existência incidindo sobre sua singularidade, gerando impasses e calcado no desejo narcísico dos pais, se sustenta cada vez mais pela transmissão de um desejo anônimo através dos discursos científicos, jurídicos e pedagógicos. Tais discursos tentam substituir a imago paterna em declínio, mas nem sempre produzem filiações realmente simbólicas, não inscrevendo a criança em uma ordem humana. “Fora dessa ordem ela (a criança) permanece pura vida nua, descartável, matável, como diria Agambem (2002).” (Rosa & Lacet, 2012).

O lugar da criança na atualidade é de consumidora. Não há diferença entre o que ela consome, veste e usufrui, em relação ao adulto. Torna-se ela mesma objeto de fascínio coletivo, consumida em seu ser. Abre-se, assim, a dimensão de abuso e exploração de toda ordem (Rosa & Lacet, 2012).

6.2 A impossibilidade de governo da infância marginal

Um detalhe importante precisa ser retomado: a existência humana é impura e não-natural (Garcia-Roza, 1995). O inconsciente, fundado na sexualidade, introduz no centro da experiência humana uma falha, portanto o mal-estar na busca pela felicidade, impossível de ser alcançada, é intrínseco aos homens.

É o princípio do prazer que determina o objetivo da vida, que rege desde a origem as operações do aparelho psíquico [...] e, no entanto, o universo inteiro – tanto o macrocosmo quanto o microcosmo – entra em desacordo com o seu projeto. Este é absolutamente inexecutável; toda a ordem do universo opõe-se a ele; ficaríamos tentados a dizer que não fez parte do projeto da criação que o homem seja feliz (Freud, 1929/1976d, p. 76).

Com o desenvolvimento das noções de sexualidade e pulsão, fica claro a impossibilidade de que uma criança seja o tempo todo limpa, inteligente, agradável, obediente e feliz, por mais que isso precise ser ensinado a ela. É uma relação complexa entre o que é

necessário e impossível (Betts, 2010) na educação de uma criança, são duas faces da mesma moeda.

Do lado necessário, o cuidado que é dispensado a uma criança tem extrema importância em sua constituição, como foi apresentado no quinto capítulo. Crianças que são abandonadas e negligenciadas irão sofrer as sérias consequências dessas privações e podem cobrar do mundo pelo preço da violência que sofreram, seja de ordem física ou psíquica, como a violência do desamparo. Talvez não seja a toa que, ao longo da história da infância no Brasil e somado as motivações ligadas ao poder, abandono e delinquência foram usados como sinônimos por muitas vezes.

O destino das crianças abandonadas não está projetado apenas pelos caminhos da delinquência, mas um traço de violência marca essas crianças e cada uma vai cobrar a dívida ao seu modo. Não se quer com essa argumentação endossar o discurso da vitimização social, tão difundida nos dias de hoje, através do ódio à burguesia que mais cedo ou mais tarde será obrigada a pagar o imposto histórico pela má distribuição de renda. Como exemplifica Corso (2010, p. 136), é a ideia de que “um dia a favela vai descer do morro. Para quê, senão para cobrar.”.

Mesmo sozinha essa criança convoca a responsabilidade, e conseqüentemente, o reconhecimento de alguém por seus atos. Assim, o problema não é a cobrança, mas como os outros reconhecem a existência da dívida (Corso, 2010). O que importa nesta questão é como cada adulto vai responder por esse lugar de responsabilidade.

Na história, fundamentalmente pela influência religiosa e filantrópica, a resposta muitas vezes visa dissociar o tensionamento entre necessário e impossível, recaindo em lugares ideais de benfeitoria que querem dar a essas crianças o que não tiveram, recuperar o tempo perdido e, principalmente, ignorar a violência. Ignorar a violência é uma solução complicada, pois não se consegue, assim, apagar as vivências de uma criança, simplesmente

por não falar sobre elas ou não repeti-las. E, pelo medo de alimentar experiências violentas, se priva a criança de viver qualquer situação de ordem traumática, podendo deixá-la em um estado inerte de novos aprendizados.

No cenário da educação de uma criança, uma transmissão de saber só pode ser feita pela via de um traumatismo (Melman, 2010). A entrada de uma criança no campo da sexualidade, por exemplo, é o seu primeiro palco de aprendizado e este aprendizado não é realizado de forma natural. A criança neste campo começa a receber mensagens dos adultos das quais ainda não tem condições de responder e desta forma se rompe as possibilidades de representação psíquica daquela mensagem. O sentido da mensagem só chega mais tarde, produzindo as fantasias. A fantasia ajuda a criança a reorganizar suas percepções e a lidar com as angústias e incertezas, em estreita relação com o Édipo (Zornig, 2000). A educação, desta forma, é sempre uma experiência sobrecarregada de excitação. Assim, o que vai definir se o traumatismo será recebido com amor ou denunciado como insuportável é a sua contingência no tempo “só depois” da fantasia e no discurso (Melman, 2010).

Os ideais de benfeitoria se sustentam no mandamento cristão de “amar ao próximo como a si mesmo”. A empatia também é uma das bases das sociedades democráticas, a mensagem é poder receber do rosto do outro um chamado e se sentir responsável por ele. Assim, o homem deveria ter o prazer de trabalhar, elaborar valores, colaborar com o outro (Enriquez, 2004).

Quando Freud (1929/1976d), no texto *Mal-estar na Civilização*, questiona esse mandamento, ele o faz a partir da dialética das duas faces do outro. O encontro com o outro, indispensável desde criança, é fonte de satisfação, mas também de extrema angústia. O outro pode ajudar na construção de uma unidade ou em uma ruptura. Na construção imaginária, esse outro passa a habitar o eu com essa dupla característica. Enriquez (2004) chama essa construção de “os outros em si”.

Freud evidencia, portanto, “a agressividade que estaria contida no coração de todos” (Enriquez, 2004, p. 51). Uma inquietante estranheza (Freud, 1919/1980b) que se manifesta na angústia e em certo ódio de si mesmo, elemento essencial para a exclusão e desconfiança do outro. Se há um duplo maléfico dentro de si, isso impede aceitar o outro totalmente tanto quanto prega as mensagens de benevolência, pois o outro também possui esse duplo e cabe a desconfiança ao semelhante.

Assim, quando a insustentabilidade das ações cobertas de “boas intenções” se apresenta, e ela vai se apresentar pela via do fracasso, geralmente a repetição da violência, que foi arduamente evitada, é a solução. Quando o outro não corresponde mais a introjeção da ideologia do “bem” e à manipulação de sentimentos, rapidamente se torna um objeto descartável (Enriquez, 2004), tal como se percebe nas tentativas de eliminação da infância marginal, através do discurso de que não há nada mais que se possa fazer por aquela criança.

Neste ponto, aguça-se o retorno a um discurso nomeado de “teoria da maçã podre”, em coluna recente, e infeliz, escrita por Calligaris (2016). O mito biológico, com a ideia de que há na genética dessas crianças o mal incorrigível, responderia sobre a sua natureza “simplesmente ruim”. A condição orgânica passa a prescindir da experiência subjetiva na constituição do caráter e não há destino possível a não ser o da eliminação da criança-monstro (Pacheco, 2015).

Segundo Pacheco (2015, p.12), “é uma lógica pautada na ética da solução final: o extermínio, a aniquilação definitiva desses monstros mirins, os ‘menores negros’. A faxina da escória, do resto, da sujeira, para que finalmente pudéssemos desfrutar, quem sabe, de uma sociedade limpa e segura.”. No Brasil, ainda segundo Pacheco (2015), dados oficiais mostram que a cada dia, cinco pessoas são assassinadas pelas polícias brasileiras, sendo que 66% dos civis assassinados são pardos ou negros. Muitas dessas vítimas são menores de 18 anos.

Paradoxalmente, outra resposta histórica comum é a responsabilização total da criança por seus atos. Mas este é um reconhecimento esvaziado de efeito na subjetividade, por se fazer apenas através da punição e do castigo. A única face da lei que é acessível a essas crianças são as barras de ferro das grades das prisões, sem efeitos de reposicionamento do sujeito em uma nova dimensão social (Corso, 2010). A responsabilização dos atos se confunde com a criminalização dos atos.

O indivíduo na contemporaneidade e na estruturação do sistema político democrático é inflado ao conflito para ser um vencedor, como se vê na competição de todas as ordens, na livre concorrência, entre outros. A premissa individualista reforça o sistema, já que o indivíduo pode fazer tudo que quiser, e ninguém pode impedi-lo, desde que respeite as regras vigentes, as quais se sabe que não são tão respeitadas assim. Esta parece uma perspectiva antidemocrática, mas é na verdade uma perversão da democracia, “a excrescência catastrófica de uma característica essencial” (Enriquez, 2004, p. 53). Quem não é o mais forte está fadado a fazer parte do grupo dos marginais, dos indivíduos em via de exclusão, como as crianças. E a culpa de não terem conseguido é somente delas.

A complexidade e impossibilidade dessas vias de governo da infância marginal confirmam por ora a importância de sempre se desconfiar do que se acredita, no discurso social, que é melhor para essas crianças. “O que mais as protege na aparência (a inimputabilidade) pode ser o começo de um beco sem saída” (Corso, 2010, p. 142).

6.3 Violência e segregação

Fica evidente na história, além da impossibilidade de governo da infância marginal, como a violência e a segregação são destinos comuns no trato com as crianças marginais. De

acordo com Soler (1998, p. 46), “a segregação é uma via de tratar o insuportável, o impossível de suportar.”.

Um caminho para se pensar a questão é que outro tem de ser descartado porque incomoda, já que lembra a cada um da sua própria imundice interna. O marginal não deixa de incomodar, mesmo que não seja a sua intenção, pois ele interroga com a sua existência as normas, os usos e os costumes da sociedade (Enriquez, 2004). Não se pode deixar de recordar aqui que a violência e a exploração, imundices históricas, constroem a identidade social e racial do Brasil, com a dominação dos índios, a escravidão dos negros, a exploração dos trabalhadores fabris. Não é a toa que esse trauma fundante da sociedade brasileira (Pacheco, 2015) retorna nas questões relativas à infância.

É cômodo apontar às crianças marginais como causa de “todos os pecados, da sujeira universal, do mal radical” (Enriquez, 2004, p. 56). Políticos hábeis reforçam o medo e exorcizam os seus defeitos tentando insuflar novos dogmas, alimentando o ódio ao outro. Como o homem médio precisa de certezas e de respostas prontas, é presa fácil nesse sistema político, já que não questiona seus próprios pré-conceitos e não quer saber das “estranhezas inquietantes” (Enriquez, 2004). Assim, ao mesmo tempo em que essas crianças incomodam muito e tem de ser eliminadas a qualquer custo, também se tornam socialmente invisíveis com muita facilidade, uma outra forma de eliminação através da indiferença.

Pela perspectiva psicanalítica pode-se compreender que a violência e segregação estão na base da constituição das sociedades fraternas, mas se diferenciam da prática segregatória, já que esta é um efeito do discurso e não a causa, como aponta Askofaré (2009). A segregação não é um conceito propriamente psicanalítico, mas pode-se encontrar nas teorias de Freud e Lacan as bases para pensar a segregação.

Freud em Totem e Tabu (1913/1976b) apresentam, com o mito da horda primitiva, a referência para se trabalhar a segregação. Em uma leitura crítica do mito, Lacan (1992) aponta

que a única origem determinável da fraternidade é a segregação. Nem a biologia, por exemplo, garante a fraternidade, já que irmãos possuem um lote de cromossomos diferentes e até opostos uns dos outros, a ordem biológica apenas atesta a diferença e diversidade dos humanos. A fraternidade, portanto, no caso do mito, não é garantida pela consanguinidade real. Segundo Askofaré (2009), é ao se reconhecerem como irmãos que podem excluir o pai e matá-lo, todos são filhos da morte.

A segregação, desta forma, não é efeito de um discurso, mas é princípio de discursos que estruturam os laços humanos. Todas as formas de organizações humanas que se sustentam na ideia de fraternidade, da família à nação, são regidas por um arranjo em torno de a identificação vertical a um “chefe”, como apresenta Freud em *Psicologia de grupo e análise do eu* (1921/1976c) e do tratamento do gozo que se faz de forma diversa e oposta em cada cultura, “que não se põe senão se opondo” (Askofaré, 2009).

Sobre o fundo desse princípio de segregação vêm se inscrever outro valor da noção de segregação: a segregação como efeito e como prática. Na cultura contemporânea, o discurso da ciência tende a universalizar o gozo, dizendo que todos têm o mesmo acesso ao gozo. Mas nem todos tem acesso ao mesmo gozo, como denuncia Marx em sua análise do *Capital*: a massa do proletário contradiz o discurso do capital. (Couto, 2008).

Assim, Askofaré (2009) propõe uma diferenciação:

Não é então que o discurso da ciência engendra a segregação – sendo isso o feito do significante-mestre e de suas incidências sobre o gozo e sua repartição – mas que o discurso da ciência e o sujeito moderno que lhe é correlato iniciam uma prática – quer dizer, um tratamento do real pelo simbólico – da segregação. O acento a ser colocado aqui é então tanto sobre o fenômeno da segregação quanto sobre seu caráter organizado, combinado, planejado e mesmo racional (p. 351).

Por princípios que visam eliminar qualquer rastro de diferença, objetificar os homens é uma lógica que os isola por identificações e os reduz a um único significante: os loucos, os

delinquentes, etc. Assim, a segregação é uma prática em nome do progresso da ciência, a perseguição pelo ideal de “sujeito puro da ciência”, o qual se sabe que não existe. Haja visto os campos de concentração nazista, pioneiros na nefasta ordem de isolar e classificar os seres humanos em nome do conhecimento. “Os campos têm por princípio a produção industrializada de um puro concentrado de indiferença” (Bousseyroux, 2013). Pode-se ir além, pensando que na base dos projetos científicos há um projeto funesto regido pela pulsão de morte, porque o retorno ou o encontro de um estado puro e ideal só se alcança com a morte dos sujeitos.

O crescimento dos fenômenos de segregação aparece ligado à existência de discursos que responderiam a tudo, desde que eles se estruturam em torno de um Pai ideal ou de um significante ideal. Mas é do mesmo movimento que se instauram as segregações, que se produzem as fraternidades e que se asseguram as solidariedades (Askofaré, 2009).

6.4 Políticas e práticas atuais

Faz-se importante retomar aqui a questão inicial desta pesquisa: entender o porquê do investimento maciço à primeira infância nos dias atuais. A elaboração de uma possível compreensão, neste momento, chega por duas vias: a do investimento à primeira infância como um desdobramento da política de inclusão prevista pelo ECA, e o investimento à primeira infância como uma ação prevencionista, fruto de uma herança discursiva que se arrasta pelos tempos históricos e que é marcada pelos preceitos da ciência.

A importância histórica da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é inegável, pois conseguiu garantir uma proteção “a mais” para as crianças ao longo dos anos, bem como uma melhora na qualidade da saúde e acesso a educação. Segundo Pacheco (2015), nas últimas duas décadas a mortalidade infantil caiu 70%. O número de crianças fora da

escola também caiu drasticamente. E com as medidas de inclusão social adotadas pelos governos se alcançou a erradicação da miséria extrema e da fome.

O ECA visa a garantia de direitos próprios a todas as crianças, os “sujeitos de direitos”, almejando colocar fim a um sistema segregatório e totalitário para a infância. Parte, portanto, de um princípio de inclusão de todas as crianças em seu sistema protetivo. Porém, na prática, repete uma lógica de marginalização, pois coloca as crianças infratoras, por exemplo, ao mesmo tempo dentro e fora da lei. As medidas de proteção são competência do Conselho Tutelar, um órgão específico a essas crianças, um lugar próprio aos “sem lugar” (Pacheco, 2015).

Este hiato denuncia como as proposições e práticas de inclusão não se sustentam plenamente, por muitas vezes carregarem no seu bojo o princípio de eliminação das diferenças. Segundo Voltolini (2005), a inclusão tem um resto do qual não se pode escapar. Ela não se restringe à questão dos direitos e do acesso aos bens da cidade, isto é, essa questão é não-toda a inclusão, tendo esta “um lado terminável e outro interminável” (Voltolini, 2005, p.155).

Kupfer (2005) tece críticas e reflexões acerca da defesa da inclusão incondicional, esta que se instala ao lado da defesa da igualdade e que precisa ser feita a qualquer custo. Para a Psicanálise há um paradoxo que sempre tem de ser sustentado nos princípios de igualdade, visto que a diferença está na base da constituição da subjetividade e da civilização. É o paradoxo do tratamento igual que propicia o aparecimento das diferenças, das diferenças subjetivas. A igualdade na lei simbólica, na estrutura geral, pode fazer surgir a diferença ou a singularidade. São as “diferenças subjetivas na apreensão do mundo [...] que permitem o surgimento de seus estilos e, portanto, do novo. Um novo singular que poderá retornar ao social para revigorá-lo.” (Kupfer, 2005, p.23).

Dito isso, hipotetiza-se que uma das intenções do investimento à primeira infância é a de já eliminar as possíveis diferenças que se apresentam desde a mais tenra idade, incluindo, assim, as pequenas crianças em um ordenamento social ideal. Diferenças estas que são compreendidas a nível de desordens da infância. Se antes o acesso da criança à sociedade era um dos papéis sociais da família, hoje cabe aos especialistas este saber, com a noção de prevenção.

Assim, o controle que se opera sobre os indivíduos não se dá “simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo” (Foucault, 2011/1979, p.80), pois a sociedade capitalista aposta, prioritariamente, no biológico. Segundo Foucault (2011/1979), “o corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica.” (p.80).

Tomando a promessa da ciência de que com ela qualquer seguimento do tecido social anda melhor, o discurso médico, jurídico e pedagógico se utiliza desse voto de forma bem efetiva, através do ideal de que todos devem buscar a qualidade de vida e o bem-estar, oferecendo-se, inclusive, como o saber que cuida, negando a diversidade e o desejo de cada sujeito (Gomes & Lima, 2012).

Também não se pode deixar de considerar que a circulação do discurso a cerca da importância de se cuidar da primeira infância tem como intenção a diminuição do abandono e da negligência às crianças, a qual tem lugar relevante a nível social. Mas através de apontamentos psicanalíticos, que já foram apresentados, pode se pensar se neste discurso não há a ideia de eliminação à nível individual e social de qualquer traço de agressividade e destruição. Traços estes que são próprios da condição humana e impossíveis de serem eliminados, mas sim circunscritos.

7 Considerações Finais

A impossibilidade de governo da infância marginal se apresenta pelo fracasso das tentativas de ordenamento dessas crianças que começa desde a forma como as políticas públicas estão estruturadas, passando pela sua prática e pelas suas representações discursivas. Por anos vemos o poder público construindo formas de superar o fracasso, sem perceber que o fracasso é necessário e que ele porta o que de mais singular há na dinâmica dessas crianças.

Para a Psicanálise, a impossibilidade de governo é uma constatação de partida não só das crianças marginais, mas de todas as crianças, como foi apresentado a respeito da educação de uma criança, que é necessária e ao mesmo tempo fracassa, é tarefa impossível.

Pode-se ponderar que para a Psicanálise toda a infância é marginal, no sentido de que ela representa a desordem inerente a pulsionalidade e sexualidade humana. E mais, por que não dizer que todos somos marginais em nossas constituições, visto que somos feitos de pulsões destrutivas, viemos de uma origem segregatória e o tempo todo tentamos nos equilibrar no tênue fio que une o sopro da vida e o gosto pela morte? Dito isso, é importante considerar que as questões das crianças loucas, menores, delinquentes, que em sua maioria são pobres e negras, estão mais próximas do que imaginamos.

Os princípios da sociedade contemporânea evidenciam como as intenções para com as crianças que subvertem a ordem, e todas subvertem em certa medida, são as mais mortíferas possíveis. Não há tolerância para quem nos lembra da nossa impureza e esse é um posicionamento que preocupa, porque facilmente se reverte para formas totalitárias e eugenistas de governo.

Acredito que o maior desafio que as crianças impõem ao poder público é como sustentar os conflitos, paradoxos e tensionamentos inerentes à sua condição de seres em via de se tornarem sujeitos. Talvez esse seja o caminho para a construção de diretrizes de

cuidados para as crianças em via de exclusão social: a criação de normativas que sustentem paradoxos e não os resolvam. Que reservem um espaço para margear o diferente sem o engolir no plano da igualdade.

Referências

- Agamben, G. (2002). *Homo Sacer: o Poder Soberano e Vida Nua*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Alves, E., Souza, G.S. & Marra, R. (2011). Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. *Revista de Política Agrícola (Embrapa)*. (Ano XX – nº 2 – Abr./Maio/Jun. pp.80-88).
- Arantes, E. M. de M. (2010) Arquivo e memória sobre a Roda dos Expostos do Rio de Janeiro. *Pesquisas e Práticas Psicossociais* 5, (1), janeiro/julho. São João del-Rei.
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. (Dora Flaksman, Trad.). 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Askofaré, S. (2009). Aspectos da Segregação. *A peste*. 1(2), 345-354. São Paulo.
- Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente. (2014). *Relatório Alternativo da Sociedade Civil Brasileira e Recomendações do Comitê sobre os Direitos das Crianças da ONU ao Estado Brasileiro*. Brasília.
- Bandera, V. (2014). Práticas, Leis e Discursos modernizadores: o processo de construção do Código de Menores de 1927. *Revista Eletrônica Direito e Política*, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí 9, (2), 2º quadrimestre de 2014. Recuperado em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.
- Bercherie, P. (1983). La Clinique psychiatrique de l'enfant. *Ornicar?*, (n. 26-27 pp. 100-113). Paris: Navarin. In O. Cirino. (2001). *Psicanálise e psiquiatria com crianças: desenvolvimento ou estrutura*. (Trad. Oscar Cirino, pp. 127-139). Belo Horizonte: Autêntica
- Betts, J. A. (2010). Missão impossível? Sexo, educação e ficção científica. In C. Calligaris, et al. *Educa-se uma criança?* Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- Breuer, J., & Freud, S. (1990). Estudos sobre a histeria. In S. Freud. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. 2, pp. 15-297). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1895)
- Boris, F. (2009a). O Período Democrático (1945-1964). In _____ *História do Brasil* (pp. 395-443). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- _____. (2009b). O Regime Militar (1964-1985). In _____ *História do Brasil* (pp. 463-514). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Bousseyroux, M. (2013). Práticas do impossível e a teoria dos discursos. *A peste*. 4, (1), 101-112. São Paulo.

- Brasil. (2002). Políticas Intersetoriais em favor da infância. Ministério da Saúde / Secretaria de Políticas da Saúde/ Comitê da Primeira Infância. Brasília. Recuperado em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0211pol_interet01.pdf
- Calligaris, C. (2016). Jovens assassinos: maçãs podres ou “vítimas” de uma infância infeliz? Coluna da Folha de São Paulo. Recuperado em <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/contardocalligaris/2016/09/1815499-jovens-assassinos-macas-podres-ou-vitimas-de-uma-infancia-infeliz.shtml>
- Carreira, A. F. (2009). Algumas considerações sobre a fantasia em Freud e Lacan. *Psicologia USP* [online]. 20, (2), 157-171. ISSN 0103-6564. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642009000200002>.
- Carvalho, A. F. (2015). Por uma ontologia política da (d)eficiência no governo da infância. In H. Resende, (Org.). *Michel Foucault: o governo da infância*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Ceccim, R. & Palombini, A. (2009). Imagens da infância. In: M. S. Maia. *Por uma ética do cuidado*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Cirino, O. (2001). *Psicanálise e psiquiatria com crianças: desenvolvimento ou estrutura*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Corso, M. (2010). A criança na via pública. In C. Calligaris, et al. *Educa-se uma criança?* Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- Couto, R. (2008). O que pode a clínica psicanalítica contra a violência da Segregação: comentário de um caso clínico. Comunicação oral no III Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental e IX Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental.
- Decreto n. 8.869, de 5 de outubro de 2016. Que institui o Programa Criança Feliz. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8869.htm
- Del Priori, M. (2015). O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In M. Del Priori *Histórias das crianças no Brasil* (7. ed., pp. 84-107) São Paulo: Contexto.
- Dunker, C. I. L. (2013). *A psicose na criança: tempo, linguagem e sujeito*. São Paulo: Zagodoni.
- Enriquez, E. (2004). O outro, semelhante ou inimigo? In: A. Novaes (Org) *Civilização e Barbárie*. (pp. 45 – 59). São Paulo: Companhia das Letras.
- Enriquez, E. (2005). Psicanálise e Ciências Sociais. *Agora*, 8(2), 153-174. Recuperado em <http://www.scielo.br/pdf/agora/v8n2/a01v8n2.pdf>
- Ferreira, A. B. H. (1988). *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa* (p. 352). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Ferreira-Lemos, P. P. (2011) Sujeito na psicanálise: o ato de resposta à ordem social. In:

- M. J. P. Spink, P., Figueiredo, & J. Brasilino. (Orgs), *Psicologia social e personalidade* [online] (ABRAPSO, pp. 89-108. ISBN: 978-85-7982- 057-1. Available from SciELO Books). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Recuperado em: <http://books.scielo.org>.
- Foucault, M. (1979). Nietzsche, a genealogia e a história. In M. Foucault. *Microfísica do poder* (pp. 12-23). (R. Machado, Trad.). Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1994). Folie et déraison. Histoire de la folie à l'âge classique – Pré-face. In: M. Foucault *Dits et écrits* (Vol. 1, p. 159-167). Paris: Gallimard. (Texto original publicado em 1954-1969).
- Foucault, M. (1996). What is critique? In: J. Schmidt (Ed.). *What is Enlightenment? Eighteenth-Century answers and Twentieth-Century questions* (p. 382-398). Berkeley: University of California Press.
- Foucault, M. (2008) *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes. (Curso no Collège de France, 1977-1978).
- Foucault, M. (2011). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal. (Obra original publicada em 1979)
- Freud, S. (1972). A interpretação dos sonhos. In: S. Freud. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. (Vol. 5, pp.323-611). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1900).
- Freud, S. (1976a). Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. In S. Freud *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. (Vol. 10, pp. 13-153). Rio de Janeiro: Imago Editora. (Obra original publicada em 1909).
- Freud, S. (1976b). Totem e Tabu. In: S. Freud *Edição Standard das Obras Psicológicas completas*. (Vol 19, pp. 13-163). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1913).
- Freud, S. (1976c). Psicologia de grupo e análise do eu. In S. Freud *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. (Vol. 18, pp. 89-169). Rio de Janeiro: Imago Editora. (Obra original publicada em 1921).
- Freud, S. (1976d). Mal estar na civilização. In S. Freud *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. (Vol. 21, pp. 75-174). Rio de Janeiro: Imago Editora. (Obra original publicada em 1929).
- Freud, S. (1976e). Por que a guerra? In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. (Vol. 22, pp. 237-245). Rio de Janeiro: Imago Editora. (Trabalho original publicado em 1932).
- Freud, S. (1980a) Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. (Vol. 7, pp. 129-256). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1905).

- Freud, S. (1980b). Uma criança é espancada - uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. (J. Salomão, trad., Vol. 17, pp. 225-253). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1919a).
- Freud, S. (1980c). Além do princípio do prazer. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. (J. Salomão, trad., Vol. 18, pp. 17-90). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1920).
- Freud, S. (1980d). O problema econômico do masoquismo. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. (J. Salomão, trad., Vol. 19, pp. 199-216). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1924).
- Freud, S. (1986). *A correspondência completa de S. Freud para W. Fliess*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1990a). Carta 52. In: S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. (Vol. 1, pp. 317-324). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1950[1896]).
- Freud, S. (1990b). O Ego e o Id. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. (Vol. 19, pp. 11-83). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1923).
- Freud, S. (1990c). Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. (Vol. 22, pp.13-193) Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1933[1932]).
- Freud, S. (1996a). Lembranças Encobridoras. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. (Vol. 3, pp. 285-306). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1899).’
- Freud, S. (1996b) Sobre a Introdução do Conceito de Narcisismo. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. (Vol. 14, pp. 85-123) Rio de Janeiro: Imago Editora. (Trabalho original publicado em 1914).
- Freud, S. (1996c). Os instintos e suas vicissitudes. In: S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago (Vol. 14, pp. 129-137). (Trabalho original publicado em 1915)
- Galeano, E. (1997). Os ninguéns. In E. Galeano. *Livro dos Abraços*. São Paulo: L & PM.
- Garcia-Roza, L. A. (1995). *Introdução à metapsicologia freudiana*. Vol 3. Rio de Janeiro: Zahar.
- Garcia-Roza, L. A. (1996). *Freud e o Inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Góes, J. R, & Florentino, M. (2015). Crianças escravas, crianças dos escravos. In Del Priori, M. *Histórias das crianças no Brasil* (7 ed., pp. 177-192) São Paulo: Contexto.

- Gomes, C. M. G. & Lima, M. C. P. (2012). Psicanálise e inclusão escolar: considerações acerca dos atuais discursos e da equação família e escola. In: R. Voltolini, *Retratos do mal - estar contemporâneo na educação*, 9. São Paulo. Proceedings online... FE/USP. Recuperado em <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000032012000100038&lng=en&nrm=abn>. Access on: 05 Mar. 2017
- Gutiérrez-Terrazas, J. (2002). O conceito de pulsão de morte na obra de Freud. *Ágora* 5, (1), jan/jun, 91-100. ISSN 1809-4414 (Online). Rio de Janeiro. Recuperado em <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982002000100007>.
- James, A; Jenks, C & Prout, A. (1998). *Theorizing childhood*. Cambridge: Polity Press.
- Kupfer, M. C. M., Jerusalinsky, A. N., Bernardino, L. M. F., Wanderley, D., Rocha, P. S. B., Stelin, R., *et al.* (2009). Valor preditivo de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil: um estudo a partir da teoria psicanalítica. *Latin American Journal of Fundamental Psychopathology* (Online, 6(1), 48-68). Recuperado em: http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/latin_american/v6_n1/valorpreditivo_de_indicadores_clinicos_de_risco_para_o_desenvolvimento_infantil.pdf>
- Kupfer, M. (2005). Inclusão escolar: a igualdade e a diferença vistas pela psicanálise. In: F. Coli, & M. Kupfer (Orgs.). *Travessias inclusão escolar: a experiência do grupo ponte – pré-escola terapêutica lugar de vida*. São Paulo: Caso do Psicólogo.
- Lacan, J. (1985). *Os complexos familiares na formação do indivíduo, ensaio de análise de uma função em Psicologia*. Rio de Janeiro: Zahar (Trabalho original publicado em 1938).
- Lacan, J. (1992). *O Seminário, livro 17 – O avesso da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1969-70).
- Lagache, D. (1961). Psicanálise e estrutura da personalidade. In _____ *A Psicanálise*. Paris: PUF.
- Laplanche, J, & Pontalis, J. B. (1998). *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Longo, I. S. (2010). *Ser criança e adolescente na sociedade brasileira: passado e presente da história dos direitos infante juvenis*. In: III Congresso Internacional de Pedagogia Social, 3. São Paulo: Associação Brasileira de Educadores Sociais (ABES), Recuperado em http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092010000100013&script=sci_arttext
- Maia, A. L, Medeiros, C. P, & Fontes, F. (2012) O conceito de sintoma na psicanálise: uma introdução. *Estilos da Clínica* 17(1). São Paulo.
- Marafon, G. (2014). A maquinaria judicializante e o governo de infâncias desiguais. *Psicologia em Estudo* 19(3) 515-526, jul./set. Maringá.
- Marcilio, M. L. (1998). *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec.

- Melman, C. (2010). Sobre a educação das crianças. In C. Calligaris, et al. *Educa-se uma criança?* Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- Mezan, R. (1995). *Freud, pensador da cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- Moruzzi, A. B., & Abramowicz, A. (2010). Pressupostos teóricos metodológicos da genealogia: composições para um debate em educação. *Filosofia e Educação (Online) Revista Digital do Paidéia* 2, 168-181, ISSN 1984-9605. Recuperado em: <<http://ojs.fe.unicamp.br/ged/rfe/article/view/2154/2024>>.
- Norodowaski, M. (2001). *Infância e poder: conformação da pedagogia moderna*. (Mustafá Yasbek Trad.). Bragança Paulista: Ed. Da USF.
- Pacheco, A. L. P. (2015). A criança como sintoma: mal estar no Brasil. Trabalho apresentado na Universidad de Buenos Aires. Jornada “*El psicoanálisis en la crisis del lazo social*”.
- Pitombo, L. B., Maia, M. S., & Rosario, S. E. (2014). *Estratégia Brasileirinhas e Brasileirinhos Saudáveis (EBBS): formando e transformando no campo da saúde pública*. *Trivium* 6(2), 109-116 [online]. ISSN 2176-4891.
- Postman, N. (1999). *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia.
- Priszkulnik, L. (2004). A criança sob a ótica da Psicanálise: algumas considerações. *Psic: revista da Vetor Editora*, 5(1), 72-77. Recuperado em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-73142004000100009&lng=pt&tlng=pt.
- Reis, A. O. A., Delfini, P. S. S., Dombi-barbosa, C., & Neto, M. M. B. (2010). Breve História da saúde mental infanto-juvenil. In E. Lauridsen-ribeiro, O. Y. Tanaka, & et al. *Atenção em saúde mental para crianças e adolescentes no SUS*. (pp. 109-130). São Paulo: Hucitec.
- Rezende, H. (2015). A infância sob o olhar da Pedagogia: traços da escolarização na Modernidade. In: Resende, H. (Org.). *Michel Foucault: o governo da infância*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Rizzini, I. (2006). Reflexões sobre pesquisa histórica com base em ideias e práticas sobre a assistência à infância no Brasil na passagem do século XIX para o XX. In *Congresso Internacional de Pedagogia Social*, 1. Faculdade de Educação: Universidade de São Paulo. Recuperado em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100019&lng=en&nrm=abn>.
- Rizzini, I., & Pilotti, F. (2009). *A Arte de Governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil* (2. ed.). São Paulo: Cortez.
- Rohenkohl, C. M. F. (1997). O questionamento da prevenção em psicanálise e a possibilidade da antecipação como forma de uma intervenção analítica com profissionais de outras áreas. Debate levantado pela Jornada “La Prevention en Question” do Groupe

- Petit Enfance. Recuperado em:
<http://www.oocities.org/hotsprings/villa/3170/Rohenkohl.htm>
- Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 4(2) 329-348. Recuperado em <http://www.unifor.br/notitia/file/184.pdf>
- Rosa, M. D. & Domingues, E. (2010). O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 180-188.
- Rosa, M. D & Lacet, C. (2012). A criança na contemporaneidade: entre saber e gozo. *Estilos da clínica*. 17(2), jul./dez, 359-372. São Paulo.
- Roudinesco, E. (1994). *Jacques Lacan: esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sarmiento, M. J. (2007). Visibilidade social e estudo da infância In V. M. R. Vasconcellos, & M. J. Sarmiento, (org.). *Infância (in)visível*. São Paulo: Junqueira & Marin.
- Shonkoff, J. P., & Phillips, D. A. (2000). *From Neurons to Neighbourhoods: The Science of Early Childhood Development*. National Academy Press: Washington, DC.
- Soler, C. (1998). Sobre a segregação. In: C., Soler. *O brilho da infelicidade*. Rio de Janeiro: Contra-capa. (Obra original publicada em 1994).
- Taleb, N. (2009). *A lógica do cisne negro: o impacto do altamente improvável*. Rio de Janeiro: Best Seller.
- Terra, O. (2016). Avanços do Marco Legal da Primeira Infância. *Cadernos de Trabalhos e Debates*. Brasília: Centro de Estudos e Debates Estratégicos.
- Vilas-bôas, R. M. (2012). Compreendendo a criança como sujeito de direito: a evolução histórica de um pensamento. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 101. Recuperado de: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11583.
- Voltolini, R. (2005) A inclusão é não toda. In: F. Coli, & M. Kupfer. (Orgs.). *Travessias inclusão escolar: a experiência do grupo ponte – pré-escola terapêutica lugar de vida*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Westin, R. (2015). Quando as crianças iam para a cadeia no Brasil. *Diário do Centro do Mundo* (on-line). Recuperado em:
<http://www.gruporegionalmt.com.br/noticias/Nacional/1533>.
- World Health Organization. (2005). *Child and adolescent mental policies end plans*. Mental Health Policy and Service Guidance Package. Genebra.
- Zavaroni, D. M. L; Viana, T. C & Celes, L. A. M. (2007). A constituição do infantil na obra de Freud. *Estudos de Psicologia*. 12, (1), 65-70.

Zeldin, T.(2008). *Uma história íntima da humanidade*. Trad. Hélio Pólvora. Rio de Janeiro: BestBolso. (Trabalho original publicado em 1998).

Zornig, S. (2000). *A Criança e o Infantil em Psicanálise*. São Paulo: Escuta.